

Sumário

Número de notícias: 38 | Número de veículos: 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sem convicção não há solução (Artigo) 4

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PL que isenta ganho de fundo filantrópico avança no Senado 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Os avanços nos acordos de transação tributária - OPINIÃO JURÍDICA 7

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cinco servidores da Receita são presos por desvio de mercadorias 9

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

"Se cortar direitos na previdência, não tenho como ficar no governo" 10

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula reúne ministros hoje e deve fechar pacote de corte de gastos 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Contratação de servidores 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
SERVIDOR PÚBLICO

PAD com prazo de conclusão excedido não impede concessão de aposentadoria a servidores públicos - VISÃO DO DIREITO 14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

STF permite contratação de servidor por meio da CLT 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Supremo libera contratação de servidor fora do regime único 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNI se manifesta "indignada" com Copom - CAPITAL S/A 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Marinho bate-boca com Haddad em reunião sobre corte de gastos 21

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Supremo julgará imunidade de ITBI com repercussão geral 23

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Encontro reúne especialistas em combustíveis em Saúipe 25

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prefeitos criam Comitê para gerir imposto 26

O GLOBO ONLINE - RJ - MUNDO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco cita trabalho do Congresso para regular tecnologias digitais na abertura do P20
..... 27

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Projeto que agiliza processos de falência se arrasta no senado 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Retorno apoteótico 30

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Os economistas premiados com o Nobel e o Brasil (Artigo) 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Vitória de Trump e a urgência fiscal - ALVARO GRIBEL 34

O ESTADO DE S. PAULO - ELEIÇÕES NOS EUA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dólar e juros devem subir, dizem analistas 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com "Trump trade", Bolsas americanas batem recordes 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação, juro e indústria: qual será o "efeito Trump"? 41

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarifas, "instinto sobre juros" e deportações: os EUA na "nova era Trump" 44

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O que pode acontecer com a economia americana no novo governo Trump 46

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para Gerdau, medidas de Trump podem impulsionar setor de aço 48

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Veja propostas do novo presidente para os produtores rurais dos EUA 49

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Vitória de Trump impulsiona dólar e redefine forças nos mercados 51

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cenário do BC piora e exige aperto mais forte, se pacote fiscal não ajudar 53

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Antídoto para inflação, juros vão a 11,25% 55

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

O que esperar do dólar, juros e investimentos? 57

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Transparência não foi questão decisiva em projeto de emendas 59

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com alta dos juros, especialistas reforçam aposta na renda fixa 61

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"O Banco Central está restrito em suas ações" 63

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

PL de emendas aprovado pela Câmara engessa Planalto e blinda recurso 65

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Por meta de inflação, selic deveria ir a15%" 67

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado já espera Selic em torno de 13% 68

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Frustração com fiscal pode levar à aceleração no ritmo" 70

Sem convicção não há solução (Artigo)

Everardo Maciel

Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da **Receita Federal** (1995-2002)

Sou cético quanto à consistência e efetividade do pacote de medidas destinadas ao enfrentamento dos crescentes desequilíbrios fiscais, embora ainda não se conheça seu conteúdo.

Minha incredulidade decorre da falta de convicção dos governantes e parlamentares quanto à importância do controle dos gastos públicos.

O anúncio de pacotes fiscais é fruto tão somente da preocupação com a alta do dólar, oscilações nas bolsas e juros elevados, que, por sua vez, resultam de uma fundada desconfiança do mercado financeiro e dos investidores nas intenções governamentais.

Nada se diz sobre uma indispensável e nova reforma da **previdência social**, principal responsável pelo desequilíbrio fiscal.

No âmbito dos programas de assistência social, estranhamente se comemora o aumento do número de beneficiários do Bolsa Família.

É evidente que transferências de renda são imprescindíveis para mitigar a pobreza em países como o Brasil. Porém, se não promoverem a ascensão social do beneficiário, convertem-se em mero instrumento de controle político.

Como outros programas governamentais, essas transferências jamais foram objeto de avaliação. Pouco se sabe sobre sua contribuição para o aumento da informalidade.

Desvios de finalidade, como utilização em apostas esportivas e até mesmo financiamento de campanhas eleitorais, têm sido veiculados na mídia.

Não há, de resto, nenhuma iniciativa que conduza à ascensão social do beneficiário.

Dorme, nos escaninhos do Senado, projeto de lei apresentado pelo então senador Alvaro Dias, em 2019, que faculta ao empregador que contratar beneficiário do Bolsa Família deduzir da contribuição previdenciária patronal valor equivalente ao benefício, e prevê a instituição de programas de qualificação dos beneficiários visando sua inclusão no mercado formal.

Revisão das vinculações orçamentárias setoriais e adoção de regras gerais de remuneração dos agentes políticos e **servidores públicos** são incogitáveis, por receio das reações corporativas.

Nem mesmo o teto de remuneração, fixado na Constituição, é respeitado. Há uma inesgotável capacidade de criar artifícios para burlar a vedação constitucional, como "indenizações", sem incidência de Imposto de Renda, e "participações" em conselhos de administração de estatais.

A propósito, tramita no Congresso projeto que, ao tratar da matéria, em lugar de restringir, como bem observou o prof. Bruno Carazza em recente artigo, sanciona os artifícios.

Enfim, espero, sem convicção, ser desautorizado pelos fatos.

Minha incredulidade decorre da falta de convicção do governo quanto à importância do controle dos gastos

Síte: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PL que isenta ganho de fundo filantrópico avança no Senado

Adriana Cotias De São Paulo

As entidades que fomentam a filantropia no Brasil tiveram uma vitória e uma derrota nas discussões do projeto de lei (PL) 2.440, de 2023, que tramita no Senado. Saiu do texto inicial o dispositivo que previa estender incentivos semelhantes à Lei Rouanet, que fomenta iniciativas culturais, para outros setores na captação de recursos. Mas permaneceu a ideia de isentar de imposto de renda os rendimentos dos fundos patrimoniais debaixo de entidades gestoras que acomodam esses dinheiro.

O projeto está na agenda da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de 12 de novembro, sob a relatoria de Rodrigo Cunha (Pode-mos-AL). Paula Fabiani, principal executiva (CEO) do Instituto para o Desenvolvimento Social (Idis), diz que agora falta a proposta ser pautada no plenário, para então ser encaminhada para a Câmara dos Deputados. A sua expectativa é que o projeto, de autoria do senador Flávio Arns (PSB-PR), seja votado nas próximas semanas.

Se aprovado e confirmado pela Câmara, seria um complemento à Lei 13.800, de 2019, que sedimentou as bases para os "endowments" no Brasil. Essas estruturas acomodam recursos doados para diversas finalidades, em especial àquelas ligadas à saúde e à educação. São entidades privadas que recebem doações de pessoas físicas e jurídicas e somente os rendimentos são aplicados na execução dos projetos.

Para Fabiani, o reforço do arcabouço teria potencial de destravar a conversão das entidades patrimoniais aos parâmetros da lei dos endowments brasileiros. Até o fim de 2023, somente 19% estavam enquadradas aos parâmetros da legislação, considerando-se um conjunto de 74 fundos com R\$ 156 bilhões no total. Os dados fazem parte do anuário dos fundos patrimoniais que será lançado hoje.

A razão para a baixa adesão, diz Fabiani, é que as entidades operacionais têm o receio de perder a imunidade tributária, sobretudo aquelas que apoiam a educação e a assistência à saúde, que representam 70% do volume dos endowments no país. A 13.800 não deixou claro que a gestora teria o mesmo tratamento, podendo ser alvo de ações da **Receita Federal**.

Outra barreira, diz a executiva, é a potencial perda de flexibilidade. Pela 13.800, a organização gestora não pode executar o projeto, "o que é uma questão para alguns fundos que gostariam de fazer as duas coisas, querem tocar projetos próprios e financiar os de terceiros".

Apesar de não ter conseguido avançar no uso de outras leis de incentivo para captação para setores diversos ao cultural, Fabiani diz que há uma porta aberta para essa conversa no Ministério da Fazenda. Na tramitação do PL 2.440, ela cita que o governo não queria aumentar a renúncia fiscal num momento em que precisa equacionar o déficit público.

Mas a executiva diz que, na reforma da renda, a proposta é que o incentivo para doações entre como abatimento da base tributável, a exemplo de gastos com saúde, educação e investimentos na **previdência complementar** (PGBL). "Na maioria dos países é assim, e o contribuinte não paga imposto." Outro impulso para novos veículos, segundo Fabiani, é o fim do diferimento tributário para fundos fechados exclusivos e restritos. Esses veículos eram usados por famílias endinheiradas para postergar o pagamento de imposto, mas neste ano passaram a ter incidência do "come-cotas", o imposto semestral, que já recaía sobre os fundos abertos de renda fixa, multimercados e cambiais.

Sem esse apelo, a executiva acredita que a parcela que os grandes grupos familiares planejam direcionar à filantropia ao longo de vários anos poderiam ser acomodados num fundo patrimonial próprio, apropriando-se do benefício fiscal. Ela refuta que possa haver algum desvio de finalidade, porque a 13.800 tem uma série de regras que restringem a destinação do dinheiro somente para a filantropia.

No último monitor do Idis e da Coalizão pelos Fundos Filantrópicos, com data de 10 de outubro, a amostra contemplava 115 entidades, com um patrimônio de R\$ 157,3 bilhões.

A abrangência é maior do que a que consta no anuário de fundos patrimoniais filantrópicos porque a participação das entidades para a publicação é voluntária.

Pelo recorte até o fim de 2023, os fundos receberam R\$ 517 milhões em doações, captação concentrada nos menores. Foram resgatados R\$ 3,5 bilhões, sendo R\$ 3,2 bilhões destinados às causas apoiadas e R\$ 270 milhões para o custeio das estruturas. Na comparação com a edição anterior, quando o volume mapeado era de R\$ 126 bilhões, houve um crescimento de 26,8%.

A rentabilidade média foi de 10,6%, a mais alta desde 2020, explicada pelo aumento da Selic, com a maior parte dos recursos (81%) em operações de renda fixa.

Até o fim de 2023, fundos patrimoniais receberam R\$ 517 milhões em doações, captação que foi concentrada nos menores

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188035>

Os avanços nos acordos de transação tributária - OPINIÃO JURÍDICA

Fábio Rodrigues Garcia e Priscila de Fatima Cavalcanti Bueno são, respectivamente, advogado, administrador judicial, especialista em Direito Tributário pela PUC-SP e Executive LLM, em Direito Empresarial pelo CEU/AESE Business School Lisboa; e advogada, doutoranda e mestre em Direito Constitucional e Processual Tributário pela PUC/SP e especialista em Direito Tributário pela EPD

A interação entre a Lei de Falências (Lei nº 11.101/05), que define a ordem da fila de pagamento entre credores e a Lei de Transação Tributária (Lei nº 13.988/20), voltada para a maximização e recuperação dos créditos tributários, ganhou novo capítulo com a Portaria PGFN nº 1.457/24, trazendo avanços na análise do grau de recuperabilidade do crédito tributário em casos de falência.

Empresas em situação de insolvência financeira, classificadas como rating D pelo Fisco federal têm seus créditos categorizados como de difícil recuperação. Para elas, a legislação prevê benefícios como descontos de até 65% do valor total do débito, possibilidade de utilizar até 70% de prejuízos fiscais acumulados para abatimento da dívida, flexibilidade no pagamento e prazo estendido até 120 meses para quitação do saldo.

Os níveis de desconto e permissão do uso do prejuízo fiscal consideram a análise da capacidade de pagamento, levando em conta o potencial econômico da massa falida ou da empresa em recuperação.

Em casos de recuperação judicial, o Fisco atribui, de forma presumida, um valor de capacidade de pagamento através de fórmula estatística obtida a partir de dados contábeis e fiscais extraídos diretamente da base da **Receita Federal**.

Esse modelo, contudo, frequentemente não reflete a real situação econômica da empresa. Para empresas economicamente ativas, a lei de transação possibilita ao contribuinte demonstrar sua efetiva condição de pagamento.

Nos casos de falência, a dinâmica é diferente, pois a lei falimentar estabelece uma ordem específica para o recebimento dos créditos. Os créditos tributários são precedidos pelos extraconcursais, encargos da massa, trabalhistas (limitados a 150 salários mínimos por credor) e créditos com garantia real (até o limite do

bem gravado). Somente após o pagamento de todos esses créditos, iniciam-se os pagamentos dos créditos tributários federais, municipais e estaduais, em rateio proporcional, conforme estabelecido no julgamento da ADPF 357 do Supremo Tribunal Federal (STF).

Historicamente, ao chegara vez dos créditos tributários, o patrimônio da massa falida quase sempre estava esgotado, prejudicando tanto o Fisco, que não conseguia recuperar os **tributos** devidos, quanto as chances de recuperação da empresa e pagamento dos credores.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) estabeleceu marco significativo ao regulamentar pelo artigo 49 da Portaria PGFN nº 6.757/22, alterada pela Portaria PGFN nº 1.457/24, a utilização do prejuízo fiscal em transações tributárias de empresas em falência.

A inovação trazida pela portaria representa uma mudança substancial na avaliação das propostas de transação tributária. Além dos critérios objetivos já estabelecidos, o artigo 49 estabeleceu outros critérios para determinar o percentual de desconto na falência, independentemente da transação.

Os descontos serão concedidos, observada a trava mínima do débito principal, até o montante que sobraria à União, respeitada a ordem de prioridade da lei falimentar.

O prognóstico de recebimento contempla aspectos econômicos e jurídicos aprofundados que influenciam a ordem de preferência no recebimento dos créditos. Essa avaliação considera os aspectos econômicos da massa falida, as referências legais e o impacto da utilização do prejuízo fiscal na recuperação do crédito.

É importante ressaltar que a aceitação do prejuízo fiscal como parte da transação tributária possui caráter excepcional. A análise da Capacidade de Pagamento (Capag) transcende a verificação da ordem de prioridade legal e exige avaliação personalizada das circunstâncias falimentares de cada empresa.

Dados da Serasa revelam que os pedidos de recuperação judicial cresceram substancialmente no primeiro semestre de 2024, comparado ao mesmo período de 2023, atingindo o maior patamar desde

2020. Em paralelo, registrou-se alta nos pedidos de falência em 2023.

Para empresas falidas, a Fazenda implementou um novo critério de avaliação. A Capag representa saldo disponível aos cofres públicos após a quitação das dívidas preferenciais da legislação falimentar, trazendo realismo à análise fiscal de empresas em crise.

Cada caso exige análise minuciosa e personalizada, considerando circunstâncias específicas de cada falência. Um exemplo desta abordagem é o caso da Ympactus, quinta maior devedora da União, que estabeleceu transação tributária recorde. Com o uso excepcional do prejuízo fiscal, realizou pagamento expressivo de R\$ 544 milhões aos cofres públicos, mantendo recursos para os demais credores.

A inovação do artigo 49 demonstra uma evolução no tratamento das empresas em falência, reconhecendo a necessidade de instrumentos flexíveis para a recuperação de créditos em situações especiais, sempre observando os princípios da eficiência e do interesse público. Com abordagem mais refinada, é possível avaliar o potencial de reerguimento dos negócios, tomando os processos de regularização mais ágeis e eficientes, beneficiando tanto as empresas quanto os cofres públicos.

Fábio Rodrigues Garcia e Priscila de Fatima Cavalcanti Bueno são, respectivamente, advogado, administrador judicial, especialista em Direito Tributário pela PUC-SP e Executive LLM. em Direito Empresarial pelo CEU/AESE Business School Lisboa; e advogada, doutoranda e mestre em Direito Constitucional e Processual Tributário pela PUC/SP e especialista em Direito Tributário pela EPD

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188035>

Cinco servidores da Receita são presos por desvio de mercadorias

Humberto Trezzi Mateus Rossato

Uma operação da Polícia Federal (PF) resultou na prisão de cinco servidores da **Receita Federal** em Santa Maria. A ofensiva teve apoio da Corregedoria da Receita. Os presos são suspeitos de contrabando e subtração de mercadorias do depósito da fiscalização federal no município, o maior da região central do Estado.

Os presos não tiveram os nomes divulgados. A reportagem apurou que são 10 os alvos da PF, dos quais, seis são **servidores públicos**: um auditor, três analistas tributários e um servidor de nível médio da **Receita Federal**, além de um PM - esse, de Santa Catarina.

Foram oito prisões em Santa Maria, uma em Pelotas e uma em Chapecó (SC). A chamada Operação Entreposto também apreendeu mercadorias que ingressaram no RS pela Fronteira Oeste. Buscas foram executadas nos municípios de Santa Maria, Pelotas, Lajeado, Braga, Santo Augusto e Chapecó (SC).

A ação contou com 90 policiais federais e 16 agentes da Corregedoria da Receita. Foram cumpridos nove mandados de prisão preventiva (a décima prisão se deu em flagrante), 15 de busca e 12 medidas cautelares, além do sequestro de 22 imóveis e 24 veículos. Ainda houve o bloqueio de contas bancárias dos investigados, com valor aproximado de R\$ 37 milhões.

Lucro Segundo a apuração, servidores fraudavam os registros de apreensão.

- As mercadorias, após a apreensão, eram encaminhadas a um grupo criminoso, que as revendia. Parte do resultado das vendas era repassado aos servidores federais. Mediante a prática, o grupo de funcionários adquiriu mais de 10 imóveis -relata o delegado da Polícia Federal Leonardo Soeiro de Souza Nunes, de Santa Maria.

Segundo ele, a investigação começou no final do ano passado. Estima-se que os valores arrecadados pelo esquema ultrapassem os R\$ 150 milhões. _

O esquema

As investigações indicam que os servidores fraudariam registros de apreensão de bens contrabandeados, de forma que só uma parte dos produtos entrasse no depósito da Receita.

Já a revenda das mercadorias era realizada por outro grupo que, segundo a PF, pagava "comissão" aos agentes públicos.

Foi identificada também a participação de um PM de Santa Catarina, lotado na inteligência do órgão, que além de auxiliar na operacionalização das abordagens a alvos potenciais, supostamente dava apoio na venda e na destinação de produtos desviados.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241106&edicao=30523>

"Se cortar direitos na previdência, não tenho como ficar no governo"

LAURIBERTO POMPEU

lauriberto.pompeu@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

ENTREVISTA: Carlos Lupi / ministro da **previdência social**

Enquanto o governo discute formas de cortar gastos, o ministro Carlos Lupi (**Previdência Social**) afirmou que deixará a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva caso a iniciativa alcance benefícios previdenciários que são "direitos adquiridos" ou modifique a política de aumento do salário mínimo". Presidente licenciado do PDT, ele descarta uma federação com o PSDB, diz que há negociações mais promissoras com outros partidos e reconhece a possibilidade de o ex-presidente Jair Bolsonaro deixar a legenda caso uma aliança seja formada com o PT no Ceará.

Defende que Lula faça mais alianças ao centro na provável campanha à reeleição?

O Geraldo (Alckmin) representa isso, como o José Alencar (ex-vice de Lula) já representou. A prática na administração é o que dá a conotação ideológica. O governo está com a **inflação** sob controle, com ganho real de salário, e as políticas sociais são fortes.

A vaga de vice-presidente precisa sair do PSB e ir para um partido como o MDB?

Uma informação que muda esse quadro: uma federação com PDT, PSB, Cidadania, PV e Rede é do tamanho do MDB. É um time forte. Pode garantir a permanência do vice-presidente Alckmin (como vice)? Tudo é possível. Ele foi governador de São Paulo três vezes, não é um nome descartado. O candidato vai ser o Lula? É provável, mas será? E quem serão os adversários? É muito cedo para definir.

O PDT vai apoiar a reeleição de Lula?

Não estaremos jamais com o que o (Leonel) Brizola chamava de direita carcomida, hoje representada pelo Bolsonaro. Ou trabalhamos para construir uma alternativa ou vamos lutar com o governo. Na fotografia de hoje, o Lula é o candidato mais forte do nosso campo. Vai continuar sendo em 2026? Pode ser que sim, pode ser que não. Hoje tem alguma alternativa viável no nosso campo de centro-esquerda? Não vejo. Pode surgir? Pode.

O PDT já negociou federações com vários partidos, como PSDB, Cidadania, Solidariedade, Podemos e PSB. Com quais dessas legendas há negociações mais avançadas? E quando isso vai sair do papel?

A federação só pode existir com projeto, não pode ser ajuntamento eleitoral. Eu estou no Ministério. Essa federação vai fazer parte do governo ou vai para oposição? Se for para oposição, tem que sair do governo. Não é coerente, não consigo fazer jogo duplo. Acho difícil a federação com o PSDB e com o Solidariedade. O Marconi Perillo (presidente do PSDB) estava outro dia aplaudindo o senador Rogério Marinho (PL-RN): "Você é um baluarte das reformas trabalhista e previdenciária". É conosco que vai fazer essa aliança? Somos a antítese dessas reformas, não tem afinidade ideológica. Estou conversando bem com Rede, Cidadania e PV. Retomamos o diálogo com o PSB. Agora, não é para amanhã.

Rede, Cidadania e PV estão em federações diferentes. Esses partidos vão sair para formar outra?

A informação que eu tenho é que eles não ficam. O prazo de quatro anos dessas federações termina no fim do ano que vem. O que eu sei é que o Cidadania está saindo da federação com o PSDB, a Rede vai deixar a do PSOL, e o PV provavelmente vai sair da federação com o PT. Os três me procuraram. Vou aprofundar a discussão dentro do PDT.

Sem o Jair Bolsonaro no PDT, uma federação com o PSB fica mais fácil?

Quero saber quais vão ser as consequências em Fortaleza para saber a possibilidade ou não com o PSB. Tenho uma excelente relação com (Carlos) Siqueira (presidente do PSB) com o João (Campos, prefeito do Recife). Aquele rompimento, quando todo mundo saiu do PDT para o PSB no Ceará, atrapalhou muito. Não sei se esse impedimento vai continuar. Tenho que esperar até o fim do ano.

O PDT elegeu 168 prefeitos a menos do que em 2020 e perdeu o comando de Fortaleza e Aracaju. O que explica esse resultado? A posição do Jair Bolsonaro de enfrentar o PT no Ceará atrapalhou?

Saíram 60 prefeitos do PDT no Ceará após o

rompimento entre os irmãos (Ciro e Cid Gomes). O
Ciro é uma personalidade das mais inteligentes que eu
já conheci, mas tem o temperamento muito duro. Ele e
o irmão nunca foram muito fortes em Fortaleza. A
aliança (entre PDT e PT) que era forte. Rompe e o que
acontece? Sarto (prefeito de Fortaleza, do PDT) não
conseguiu fazer uma boa comunicação da gestão.
Lula é muito forte lá e houve a polarização entre os
candidatos do PT (Evandro Leitão) e do PL (André
Fernandes), que era a marca do voto do Bolsonaro.
Ganhou o PT, graças a Deus. O Giro deu a opinião
dele, mas não fez campanha para ninguém (no
segundo turno em Fortaleza).

Existem deputados defendendo a saída do Giro do
PDT...

Minha relação com o Giro é de profundo carinho e
amizade. As pessoas só querem lembrar do que ele
fez na última eleição. Esquecem que na outra, em
2018, ele ajudou a eleger 27 deputados. O Giro só sai
do partido se quiser.

Ele quer?

Não.

Mas não vai sair se o PDT voltar a se aliar com o PT
no Ceará?

Só perguntando a ele. Acho que isso vai criar uma
grande dificuldade (para Giro). Vamos esperar até o
final do ano para ver como vai avançar.

Os principais aliados de Giro no PDT apoiaram o
candidato do PL em Fortaleza. Eles ficam no PDT?

Temos que conversar. Como ficou muito polarizado,
eu já estou sentindo dificuldades. Meu amigo André
Figueiredo, que está respondendo pela presidência do
partido, foi fazer campanha para o Evandro (Leitão),
assim como eu. Ele (Figueiredo) quer que o partido
participe do governo, e eu concordo. Acho que vai dar
problema porque o (ex-prefeito) Roberto Cláudio
(PDT) não quer participar. Precisamos de uma
conclusão. Quem não quiser participar do governo,
como vai fazer? Vai ser uma linha de oposição de que
maneira? Não vamos continuar apoiando o PL. Mas
tem que esperar decantar.

O governo prepara um pacote de corte de gastos.
Qual valor deve ser cortado de seu ministério e que
áreas serão atingidas?

Nosso grande desafio é o equilíbrio fiscal. Como fazê-
lo em cima da miséria do povo brasileiro? Quero
discutir taxaçaõ das grandes fortunas. O (Fernando)
Haddad (ministro da Fazenda) até está propondo isso.

Quem tem que doar algo nesse processo é quem tem
muito, não quem não tem nada. Como vai pegar a
Previdência? A média salarial das pessoas é R\$
1.860. Vou fazer o que com isso? Tirar direito
adquirido? Não conte comigo. Vou baixar o salário?
Não conte comigo. Vou deixar de ter ganho real (no
salário mínimo)? Não conte comigo. Se isso
acontecer, não tenho como ficar no governo. Acho que
o governo não fará isso. Temos que cobrar os grandes
devedores, a sonegação e as isenções indevidas.

O governo pediu ao senhor um tamanho de corte
específico?

Despesa obrigatória não tem como ser cortada. Acha
que algum congressista vai tirar direito de
aposentado? Tenho que nascer de novo para acreditar
nessa história. O que podemos fazer, e estamos
fazendo, é apertar as irregularidades. Estamos
fazendo uma economia grande conferindo gente que
não tem mais direito à licença por doença. Se um cara
teve uma doença e se curou, como continua tendo
licença? O grande desafio da Previdência é que mais
da metade dos nossos pedidos são de auxílio-doença.
O Brasil está doente assim? Temos que melhorar, por
exemplo, a bio-metria. Precisamos botar tecnologia de
ponta e ajudar quem tem direito, separar o joio do
trigo.

"Acho difícil a federação com o PSDB. O Marconi
Perillo estava outro dia aplaudindo o senador Rogério
Marinho (PL-RN): 'Você é um baluarte das reformas
trabalhista e previdenciária'. Somos a antítese dessas
reformas, não tem afinidade ideológica"

"Não estaremos jamais com o que o Brizola chamava
de direita carcomida, hoje representada pelo
Bolsonaro. (Nas eleições de 2026) Ou criamos
alternativa, ou vamos lutar com o governo"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lula reúne ministros hoje e deve fechar pacote de corte de gastos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reúne nesta quinta-feira ministros do governo e deve fechar o pacote de corte de gastos que está sendo discutido pelo Executivo há semanas. Na noite de ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que as medidas também podem ser apresentadas aos líderes do Congresso amanhã. A reunião está marcada para 9h30.

- Tem dois detalhes de todas as medidas para a gente fechar com o presidente amanhã (quinta-feira) e aí ele vai decidir o procedimento em relação ao Congresso, se ele vai querer que eu e Rui (Costa, da Casa Civil) tenhamos que antecipar aos presidentes pelo menos o formato das medidas - afirmou.

Além de Lula e Haddad, participam da reunião o ministro da Casa Civil, Rui Costa; a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; e a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

Haddad disse são questões simples que compõem o quadro de ações que serão feitas pelo Executivo. Segundo ele, os demais ministros que comandam pastas que foram envolvidas nas discussões também concordaram com as medidas.

Na terça-feira, ministros do governo passaram o dia em uma série de reuniões para fechar o pacote de cortes de gastos que está sendo preparado pela pasta da Fazenda, comandada por Fernando Haddad.

Enquanto áreas que podem ser afetadas por projetos estruturais de corte de gastos resistem a mudanças, o Executivo discute alterações em políticas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de um novo pente-fino no Bolsa Família.

O ministro reforçou que será necessário uma Emenda à Constituição e acrescentou a necessidade de também um projeto de lei.

- O que nós estamos levando ao presidente é consistente com a tese que estamos defendendo de reforçar o arcabouço fiscal - afirmou.

O ministro afirmou que tudo foi avaliado não só com base no impacto fiscal, mas também com as repercussões políticas e chances de aprovação no

Congresso.

- Resolvidos os detalhes, a questão é como o presidente vai decidir dialogar com as duas Casas. Mas da nossa parte, eu quero crer que no final da manhã de amanhã estaremos com essas questões decididas - disse.

Mudanças no BPC e pente-fino no Bolsa Família

Na série de reuniões de terça-feira, o governo debateu mudanças no BPC como conceder o auxílio só para doenças graves e pessoas incapacitadas para o trabalho. Também foi avaliada extensão da obrigatoriedade da biometria na solicitação de todos os benefícios assistenciais e previdenciários, de modo a aumentar a fiscalização e evitar fraudes. A ideia é propor um projeto de lei sobre o tema.

O projeto preparado, além disso, deve deixar o BPC com regras de adesão e permanência semelhantes às do Bolsa Família. Isso vai incluir cruzamento mensal de dados, o que não ocorre hoje.

Pelo projeto do governo, será exigida prova de vida anual (como ocorre no **INSS** para os aposentados), reconhecimento facial e biometria para concessão e manutenção dos pagamentos. Os beneficiários poderão atualizar seu cadastro por meio de aplicativo de celular e também nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) dos municípios.

Segundo participantes do encontro, porém, não foram discutidas mudanças estruturais nos benefícios, como uma desindexação ao salário mínimo ou redução na idade mínima.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/07/lula-reune-ministros-hoje-e-deve-fechar-pacote-de-corte-de-gastos.ghtml>

Contratação de servidores

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) validou ontem uma mudança constitucional que permitiu, em 2000, a contratação de **servidores públicos** por meio de um regime baseado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o mesmo adotado no mercado provado. O tema estava em tramitação na corte há 24 anos.

A admissão por essa modalidade foi implantada na reforma administrativa feita no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1998.

A emenda extinguiu a obrigatoriedade do Regime Jurídico Único (RJU) nas contratações pelo poder público.

No Regime Jurídico da União, os servidores se tornam estáveis após três anos de trabalho e só podem ser demitidos após processo administrativo disciplinar. No caso de quem é contratado via CLT, não existe estabilidade e a demissão pode ocorrer de maneira simplificada.

Prevaleceu no Supremo o voto do ministro Gilmar Mendes. A Corte não avaliou o teor da emenda, mas sim a legalidade da tramitação.

Partidos políticos alegaram que a aprovação foi irregular, pois a emenda constitucional não tramitou em dois turnos na Câmara e no Senado.

Porém, Gilmar entendeu que houve ajuste na redação da proposta.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/index.php?id=/login.php>

PAD com prazo de conclusão excedido não impede concessão de aposentadoria a servidores públicos - VISÃO DO DIREITO

Eduarda Alves de Almeida, Sarah Beatriz Portela de Lima e Fernanda Sayão N. Araujo

Eduarda Alves de Almeida - Sócia do Liporaci Advogados e especialista em direito previdenciário

Sarah Beatriz Portela de Lima - Sócia do Liporaci Advogados e advogada com atuação focada em direito administrativo

Fernanda Sayão N. Araujo - Advogada no Liporaci Advogados

A aposentadoria, apesar de ser um direito constitucional e um dos pilares do regime jurídico dos **servidores públicos** no Brasil, tem sua concessão submetida a determinados critérios, entre os quais se destaca a existência de ações disciplinares em curso no momento da inativação.

O principal objetivo do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) é esclarecer os fatos de uma denúncia ou acusação, servindo como instrumento para que a Administração Pública investigue possíveis infrações cometidas pelos servidores no desempenho de suas funções. Esse processo permite que a Administração apure e, se necessário, aplique punições como advertência, suspensão ou demissão ao servidor que cometeu o ilícito.

De acordo com o art. 172 da Lei n.º 8.112/1990, "O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada".

Da análise literal desse dispositivo, entende-se que todos os servidores que respondem a um PAD estariam impedidos de se aposentarem até que o processo fosse concluído.

No entanto, há bastante tempo, o Poder Judiciário vem flexibilizando a interpretação dessa norma para permitir a concessão de aposentadoria voluntária a **servidores públicos** que respondem a PAD, nos casos em que o prazo para a conclusão do processo tenha ultrapassado o limite legal.

Esse prazo é delimitado pelos arts. 152 e 167 da Lei n.º 8.112/1990, segundo os quais a Administração possui até 60 (sessenta) dias para concluir o PAD, prorrogáveis por igual período, além de mais 20 (vinte) dias para exarar a decisão final, totalizando 140 (cento e quarenta) dias.

Isso significa que, para impedir que a Administração obstrua o direito à aposentadoria por tempo indefinido - uma vez que se trata de uma garantia constitucional -, a interpretação do art. 172 da Lei n.º 8.112/1990 deve ser promovida de forma sistemática e em consonância com os demais prazos estipulados na referida Lei.

Além disso, nos casos em que for constatada falta grave no PAD, a jurisprudência pátria entende que o interesse público está plenamente protegido, dada a possibilidade de aplicação da regra de cassação de aposentadoria prevista no art. 134 da Lei n.º 8.112/1990.

Em outras palavras, mesmo que a aposentadoria do servidor seja concedida antes da conclusão do PAD, é possível que, ao ser verificada a prática de infração grave, essa aposentadoria seja posteriormente revogada.

Nesse contexto, devem ser considerados os princípios constitucionais da razoabilidade e da eficiência administrativa, pois o prolongamento indefinido de um PAD sem justificativa plausível viola o direito do servidor à conclusão do procedimento administrativo dentro de um prazo razoável.

À luz desse entendimento, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve sentença que autorizou a concessão de aposentadoria voluntária a uma servidora pública que respondia a PAD. A decisão da Corte ressaltou que a ação disciplinar não pode ser utilizada como empecilho para a aposentadoria, especialmente quando o procedimento ultrapassa os prazos legais.

Segundo o Desembargador Federal Relator Luis Alberto d'Azevedo Aurvalle, a aposentadoria não traz prejuízo ao Poder Público, pois sua concessão não

impede o curso regular do PAD.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), esse entendimento se encontra pacificado em vários precedentes, reafirmando a extrapolação do prazo para conclusão do PAD como justificativa para a concessão de aposentadoria.

Complementarmente, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou o Enunciado n.º 17 do Manual de Boas Práticas Consultivas em Matéria Disciplinar, que reforça esse posicionamento, nos seguintes termos: "Ultrapassado o prazo legal de 140 (cento e quarenta) dias para a apuração e conclusão do processo administrativo disciplinar, a Administração Pública não poderá obstar, apenas com fundamento no art. 172 da Lei n.º 8.112, de 1990, a concessão de aposentadoria voluntária requerida pelo servidor acusado no curso do processo, salvo a demonstração inequívoca de ter sido ele o único responsável pela demora na realização da fase de instrução processual, impedindo, por consequência, o julgamento pela autoridade competente em prazo razoável".

Em síntese, o entendimento de que o PAD não pode inviabilizar o exercício do direito constitucional à aposentadoria exige que a Administração conduza as ações disciplinares com celeridade e razoabilidade, em respeito às garantias constitucionais fundamentais.

Na hipótese de ofensa a esses direitos, recomenda-se procurar um profissional especializado em Direito Administrativo e/ ou Previdenciário para regularizar tanto o processo de aposentadoria quanto a ação disciplinar.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6610/07-11-2024.html?all=1>

STF permite contratação de servidor por meio da CLT

MARIANA MUNIZ BRASÍLIA

Por oito votos a três, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou válida emenda constitucional de 1998 que flexibilizou o regime jurídico único dos **servidores públicos** de União, estados e municípios. Na prática, a emenda permite que os servidores possam ser contratados tanto pela CLT como pela forma estatutária.

Entre 1998 e 2007, a emenda estava em vigor e servidores podiam ser contratados por outras formas, como a CLT, além do regime jurídico único. Em 2007, uma liminar suspendeu a emenda, que só voltará a vigorar a partir de agora, após a decisão de ontem. Ou seja, o Supremo abriu caminho para que União, estados e municípios contratem servidores via CLT.

O Supremo também vedou mudanças de regime para servidores atuais.

A relatora era a ministra Cármen Lúcia, que foi vencida, ao lado dos ministros Edson Fachin e Luiz Fux. Quando votou, em 2020, Cármen Lúcia observou que, em 1997, a matéria do "regime jurídico único" foi submetida ao segundo turno da Câmara dos Deputados, mesmo tendo sido rejeitada em primeiro turno, o que a ministra considerou uma "manobra" para burlar o requisito constitucional de atingir 3/5 dos votos da Casa Legislativa, em dois turnos.

Prevaleceu, no entanto, a corrente inaugurada pelo decano do STF, Gilmar Mendes. Na avaliação do ministro, a votação da proposta não violou a regra da aprovação em dois turnos por 3/5 dos votos dos parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para alterar a Constituição.

Ele observou que, em primeiro turno, a Câmara aprovou o texto, embora estivesse localizado no parágrafo 2º do artigo 39 do substitutivo. Após a redação do vencido, foi deslocado para o caput do artigo e, em segundo turno, aprovado por maioria de 3/5.

Para Gilmar, houve apenas um ajuste redacional, com a transposição de texto previamente já aprovado pela Câmara. "Modificar o lugar de um texto contido em uma proposição legislativa não é suficiente para desfigurá-lo", disse. Na sua avaliação, a questão deve

ser resolvida exclusivamente na esfera do Poder Legislativo.

Ao acompanhar a divergência aberta por Gilmar, Flávio Dino entendeu que a análise dos efeitos de "destaque de votação em separado", de natureza exclusivamente regimental, não gera matéria passível de controle de constitucionalidade. Para o ministro, esse tipo de questão pertence ao campo regimental e não cabe ao Judiciário avaliá-la do ponto de vista constitucional.

O decano foi acompanhado, além de Dino, pelos ministros Nunes Marques, Cristiano Zanin, André Mendonça, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso.

A questão foi levada ao STF em ação de PT e PDT. Os partidos alegavam que a mudança foi promulgada sem a aprovação de ambas as Casas Legislativas e que a norma afronta o princípio da isonomia e da igualdade ao excluir o regime jurídico único e fazer diferenciação de contratação entre os servidores.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Supremo libera contratação de servidor fora do regime único

Flávia Maia e Jéssica Sant"Ana De Brasília

Após 17 anos de vigência de uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que impedia o setor público de contratar servidores efetivos fora do Regime Jurídico Único (RJU), a corte decidiu alterar a posição e declarar válida a Emenda 19/1998, que permite a contratação de carreiras típicas por outras formas de contrato, como no regime celetista. Dessa forma, a decisão do STF flexibiliza a forma de contratação no setor público.

A decisão não muda a situação dos servidores atuais estatutários, pois os efeitos serão apenas para as contratações futuras. Os ministros também exigem que os Legislativos federal, estadual e municipais façam leis para criar os cargos e o regime de contratação. O julgamento do mérito foi finalizado nesta quarta-feira (6).

Na prática, a decisão do STF permite que União, Estados e municípios promovam outras formas de contratação, sem a estabilidade após o estágio probatório, aposentadoria diferenciada, entre outros benefícios garantidos pelo RJU. Assim, abre-se a possibilidade da contratação no serviço público pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por exemplo. Isso já era permitido entre 1998 e 2007, antes da liminar suspendendo trecho da EC 19. Por 17 anos, durante a vigência da liminar, as contratações fora do RJU para carreiras típicas de estado estavam vedadas. O serviço público tem outros tipos de contratação temporária permitidas por lei, como terceirizados e comissionados.

Especialistas consultados pelo Valor apontam que a decisão pode modernizar o serviço público e que a próxima discussão será quais atividades devem continuar pelo regime estatutário e quais serão admitidas pelo regime celetista. Já associações de servidores veem com cautela a decisão pois acreditam que haverá brecha para que a administração pública seja utilizada para fins políticos e pessoais.

A professora da FGV Direito Rio Patrícia Sampaio explica que, para carreiras típicas de Estado, o regime estatutário tende a ser o mais adequado. Porém, há outras funções que o regime celetista pode ser a melhor opção. "Faz sentido você ter um regime mais estável quando você está lidando com temas que são

típicos do Estado, que são finalísticos da administração. Do outro lado, funções que são importantes também, mas são funções meio, meramente instrumentais e que não são decisórias, é positivo que a administração possa contratar num regime celetista", avalia Patrícia.

Professora da FGV Direito SP e integrante do Movimento Pessoas à Frente, Vera Monteiro também vê vantagens na flexibilização. "O debate que se desenha a partir do fim do RJU deve ter a efetividade do Estado como pilar fundamental."

Em contrapartida, o Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais (Fonasefe) avalia que a emenda constitucional 19, que permitiu o regime celetista para servidor, precariza os direitos dos servidores e fragiliza a administração pública que ficaria mais suscetível à interferência política dos governos.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) reiterou que a decisão não tem consequências para os atuais servidores, mas que seus impactos para o serviço público serão avaliados.

A ação foi ajuizada pelos partidos PT, PDT, PCdoB e PSB contra alterações introduzidas pela EC 19/1998, entre eles a que alterava o caput do artigo 39 da Constituição Federal para extinguir o RJU e substituí-lo pelo contrato público de trabalho. Os partidos apontam inconstitucionalidade formal, pois o texto promulgado não teria sido aprovado em dois turnos.

O voto vencedor é do ministro Gilmar Mendes, pela improcedência da ação. Acompanham Gilmar Mendes os ministros Nunes Marques, Hávio Dino, Dias Toffoli, Cristiano Zanin, André Mendonça, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso.

A relatora da ação, ministra Cármen Lúcia, havia votado pela procedência da ação e, portanto, pela inconstitucionalidade da emenda constitucional. A ministra do Supremo considerou que houve violação da regra constitucional que exige aprovação em dois turnos por três quintos dos votos dos parlamentares na Câmara e no Senado Federal para alterar a Constituição. Votaram com Cármen Lúcia os ministros Edson Fachin e Luiz Fux.

Gilmar considera aprovação correta e que não cabe ao STF alterar decisões do Legislativo

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188035?page=24§ion=1>

CNI se manifesta "indignada" com Copom - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) recebeu "com indignação", segundo manifesto oficial da entidade, a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de aumentar a taxa básica de juros (Selic) em 0,5 ponto percentual. O movimento foi intensificado, já que banco subiu o ritmo de aumento em 0,25 ponto percentual frente à reunião anterior.

"Trata-se de mais uma decisão extremamente conservadora da autoridade monetária. Isso porque o nível em que a Selic se encontrava antes da reunião já era mais do que suficiente para manter a inflação sob controle.

Por isso, a elevação na Selic apenas irá trazer prejuízos desnecessários à atividade econômica, com reflexos negativos em termos de criação de emprego e renda para a população."

"Ruídos passageiros"

A CNI reclamou de que a decisão do Copom é baseada em "ruídos passageiros" sobre o cenário econômico do país. Segundo a entidade, não podem se sobrepor à tendência traçada pelos núcleos de inflação, indicadores que eliminam do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) os itens com preços mais voláteis. A média dos cinco principais núcleos de inflação no acumulado em 12 meses até setembro foi de 3,8%, enquanto essa média havia registrado 4,3% no acumulado em 12 meses até dezembro de 2023.

Medida "excessiva"

Para o setor industrial, a Selic está em patamar "excessivo e incompatível" com os elementos que influenciam o quadro inflacionário. A CNI estima que a taxa básica de juros de equilíbrio deveria estar em 8,4% ao ano, considerando a inflação acumulada nos últimos 12 meses. "A Selic atual está 2,85 pontos percentuais acima do nível necessário para conter a inflação e evitar prejuízo ao crescimento econômico."

**

Projeto para ampliar investimentos no sistema

portuário

A Câmara dos Deputados recebeu ontem o anteprojeto de lei elaborado por uma comissão de juristas, que inclui advogados e membros dos Tribunais Superiores, com o objetivo de modernizar a legislação portuária brasileira. O texto estabelece um marco regulatório para atrair investimentos, define que as políticas para o setor serão interministeriais, padroniza as relações trabalhistas no setor às normas vigentes no mercado de trabalho nacional e revê algumas atribuições da Autoridade Portuária.

Criado por uma iniciativa do presidente da Câmara, Artur Lira (PP-AL), a comissão elaborou o texto para reformular a Lei Geral dos Portos, de 2013. O presidente da comissão é o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Douglas Alencar.

Por mais competitividade

Os portos brasileiros são responsáveis por 95% da movimentação das exportações e importações brasileiras (segundo relatório da OCDE 2022) e demandam um marco regulatório que promova eficiência, segurança e competitividade. Para os juristas, mesmo com os avanços institucionais advindos das leis de 1993 e 2013, o setor ainda está aquém se comparado a outros portos internacionais, o que torna imprescindível a apreciação da nova proposta legislativa.

**

Telecoms se reúnem em Brasília para fortalecer setor
O Painel Telebrasil comemorou 50 anos em Brasília com dois dias de intensos debates que reuniram os principais nomes do setor de conectividade e inovação do país. No encontro, o presidente da Telebrasil e CEO da Vivo, Christian Gebara, afirmou que a alta tributação e o uso excessivo das redes pelas big techs são os principais desafios do setor na atualidade. "Entre os 15 países com maior número de celulares, o Brasil tem a 3ª maior carga tributária. São R\$ 60 bilhões em tributos recolhidos por ano e mais R\$ 5 bilhões em contribuições para os fundos setoriais", disse.

Sobrecarga das big techs no tráfego de dados

Gebara também mostrou que o desequilíbrio no uso das redes de telecomunicações tem afetado o setor. "No Brasil, as cinco maiores provedoras globais de aplicações e conteúdo, as conhecidas big techs, concentram quase 80% do tráfego da rede de acesso móvel das operadoras e 65% da rede fixa. Esse uso desigual e excessivo das redes por poucas empresas prejudica a expansão dos serviços e deteriora a qualidade para os demais usuários", afirmou.

Cidadania e conectividade

Ainda no Painel Telebrasil, o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (D), reforçou que o setor tem um papel fundamental na vida das pessoas. "Ele é essencial para o exercício da cidadania porque permite o acesso a serviços digitais e privados. Todos dependem da conectividade", destacou.

**

Anatel fará consulta pública

Sobre isso, o presidente da Anatel, Carlos Baigorri (E), anunciou que a Agência fará, em 2025, uma consulta pública com a proposta de regulação das big techs. "Fizemos três tomadas de subsídios ao longo deste ano e ano que vem devemos ter a consulta pública para a proposta de regulamentação desse tema", prometeu durante o encontro.

Cobrança à Aneel

O ministro aproveitou o encontro para cobrar celeridade da Aneel na aprovação do regulamento de compartilhamento de postes entre empresas de energia elétrica e de telecomunicações. Em julho, a Aneel extinguiu o processo da regulamentação conjunta com a Anatel.

Inclusão na alíquota de cashback

Outro assunto que movimentou o evento foi a **reforma tributária**. O relator na Câmara dos Deputados do projeto de regulamentação do texto, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), afirmou que vai apoiar a inclusão de telecomunicações na mesma alíquota de cashback aprovada para energia elétrica, água, esgoto e gás natural. A mudança foi acolhida no relatório da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal.v

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6610/07-11-2024.html?all=1>

Marinho bate-boca com Haddad em reunião sobre corte de gastos

VERA ROSA BRASÍLIA

Foram tensas as reuniões dos últimos dias, no Palácio do Planalto, para definir o pacote de corte de gastos do governo. A portas fechadas, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, bateu boca com o titular da Fazenda, Fernando Haddad, na frente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Marinho reclamou, ainda na última segunda-feira, de não ter sido consultado pela equipe econômica sobre nenhuma proposta para mudar o abono salarial, o seguro-desemprego e a multa de 40% do FGTS em demissões sem justa causa.

Haddad reagiu. Disse que, desde fevereiro, o governo discute a revisão de despesas obrigatórias para que elas caibam no arcabouço fiscal e citou até mesmo conversas conduzidas pelo secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan, presente naquele encontro.

Sem esconder a irritação, Marinho repetiu que ninguém havia falado com ele sobre o assunto e, por isso, se sentia agredido. Há uma semana, quando questionado por repórteres, Marinho já havia dado uma cotovelada na direção de Haddad ao sustentar que não era de "bom-tom" ministros vazarem estudos técnicos sem consultar os titulares das pastas. "A não ser que o governo me demita", ressaltou ele.

Na mesma reunião, houve um mal-estar com o ministro da Educação, Camilo Santana.

Ex-governador do Ceará e colhendo os louros da vitória do PT em Fortaleza - única capital conquistada pelo partido nas eleições municipais -, Camilo discordou de mudanças no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para abrir espaço fiscal no Orçamento. Procurado, ele não quis se manifestar.

Nos bastidores, Camilo também engrossa a lista dos auxiliares de Lula que se queixam do estilo rude do chefe da Casa Civil, Rui Costa, ex-governador da Bahia. Portavoz do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Costa já deu chá de cadeira em vários ministros, como Haddad, Ricardo Lewandowski (Justiça) e José Múcio Monteiro (Defesa).

Mesmo sem ter sido anunciado, o pacote que promete

agora passar a tesoura nos gastos públicos divide a Esplanada e o próprio PT. O argumento é de que, se o ajuste incluir corte de benefícios sociais em Saúde, Educação e Previdência, o governo Lula 3 perderá a identidade e o partido, sua última bandeira para a disputa de 2026.

"Em vez de ficar discutindo o tempo todo o arcabouço fiscal, temos de discutir política de neointustrialização do País", avaliou Lincoln Secco, professor de História Contemporânea na USP, ao participar, na noite de terça-feira, de um debate promovido pela Fundação Perseu Abramo pelo PT sobre os desafios do partido. "Com todo nosso respeito a Haddad, mas quero um governo com mais Esther Dweck e menos Haddad", completou Secco.

PRESSÃO. A frase indica a contraposição entre o grupo do titular da Fazenda, considerado fiscalista, e a ala da ministra da Gestão, vista como desenvolvimentista por defender maior presença do Estado na economia para induzir o crescimento.

"Falta mobilização dos grupos de esquerda para pressionar o próprio governo", insistiu o professor. "O governo Lula é pressionado por um lado só." Na prática, um ano e dois meses após sair do papel, o arcabouço fiscal ainda enfrenta desconfiças do mercado, que pressiona o governo a fazer um "detox" nas despesas.

Críticas a erros da equipe econômica na estratégia para emplacar a **reforma tributária** também marcaram o debate entre petistas, no encontro promovido pela Perseu Abramo, em São Paulo.

"É um absurdo pessoas de renda mais alta não serem tributadas", afirmou o ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro. Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Janine destacou que ninguém ali defendia déficit, mas, sim, que o dinheiro fosse arrecadado de quem pode pagar.

"Qual a linha de corte? Benefício de Prestação Continuada, seguro-desemprego?", questionou o professor para a plateia. "Querem inviabilizar o governo para o governo perder a eleição daqui a dois anos e inviabilizar o Brasil." A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, participou apenas da abertura do debate,

de forma virtual. Mas, ao concordar com o diagnóstico de que o partido precisava encontrar um discurso para a nova realidade, fez uma advertência. "Minha avó sempre dizia: "Temos de ter muito cuidado para não jogar a água da bacia com a criança dentro", insistiu.

"Entre mexer na vinculação do salário mínimo e mudar o arcabouço, tem de mudar o arcabouço.

Simples assim", já disse Gleisi ao Estadão.

Mais queixas

Além de Luiz Marinho, o ministro Camilo Santana se queixa de eventuais cortes no Fundeb

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Supremo julgará imunidade de ITBI com repercussão geral

Luiza Calegari De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar se a imunidade do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) na integralização de capital social vale para empresas cujo negócio principal são as atividades imobiliárias - compra e venda ou locação de imóveis. Por unanimidade, no Plenário Virtual, os ministros definiram que a decisão terá repercussão geral e, portanto, deverá ser seguida pelas instâncias inferiores do Judiciário (RE 1495108).

Na Justiça, os entendimentos a respeito do tema são majoritariamente desfavoráveis para os contribuintes, conforme já demonstrava um levantamento do BVZ Advogados. Segundo o estudo, entre os anos de 2020 e 2022, os tribunais de Justiça do país proferiram 251 decisões sobre o assunto e, em 94% delas, o resultado foi pró-Fisco.

A questão discutida nos tribunais é a interpretação do artigo 156, parágrafo 2º, inciso I, da Constituição Federal. Ele diz que não incide ITBI sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

O cerne do problema está no fim da redação do artigo, que ressalva que o imposto incide se, "nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil".

Quando, em 2020, o STF julgou outra questão relacionada ao ITBI, o ministro Alexandre de Moraes fez constar em seu voto que a expressão "nesses casos" se referia unicamente à transmissão de bens decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção da empresa. Assim, as operações de integralização de capital estariam isentas do ITBI mesmo quando a empresa exercer atividade preponderantemente imobiliária (RE 796376).

Como a reflexão não constou na tese, já que não tinha relação com o caso julgado-que decidia se a isenção de ITBI deveria se estender ao valor dos bens que ultrapassasse o limite do capital a ser integralizado-, o Judiciário, de maneira geral, não passou a seguir esse

entendimento.

Segundo Sandro Machado dos Reis, sócio do Bichara Advogados, "há centenas de processos tratando desse assunto, porque os municípios insistem em cobrar o ITBI especialmente usando a condicionante referente à atividade preponderante".

Conforme o BVZ Advogados, entre agosto e outubro deste ano, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) julgou 30 processos sobre a controvérsia: em 27 deles continuou a decidir a favor do Fisco; em três, a atividade preponderante não era a imobiliária.

No TJMG, a maioria das decisões também é desfavorável ao contribuinte. No entanto, a 5ª Câmara Cível, em recente acórdão, usa o entendimento do voto de Alexandre de Moraes a favor da empresa. "A atividade da empresa somente é relevante para a imunidade tributária referente à incorporação, fusão, cisão e extinção de pessoas jurídicas", diz o acórdão (processo nº 1.0000.24.317452-1/001).

No TJRS, ainda de acordo com o BVZ, só a 21ª Câmara atende isoladamente os pedidos dos contribuintes, aplicando o entendimento de Alexandre de Moraes. "As demais Câmaras têm entendimento contrário, analisando a atividade empresarial e afastando a possibilidade de aplicação do tema em 25 decisões no último ano", explica Frederico Bastos, sócio do escritório BVZ Advogados.

Uma decisão colegiada no TJDF, em abril de 2023, deu razão aos contribuintes e foi bastante elogiada na época, por ter sido a primeira proferida por uma cúpula máxima de tribunal de justiça em arguição de inconstitucionalidade. O caso foi objeto de recurso e está agora no Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob relatoria do ministro Teodoro Silva Santos, da 2ª Turma. Não há previsão de julgamento (REsp 2145589).

Ricardo Bolan, sócio da prática tributária do Lefosse, afirma que o grande volume de processos e a divergência de entendimentos entre diversos tribunais geram "grande expectativa no mercado imobiliário quanto à definição da questão a ser dada pelo STF".

Para Frederico Bastos, o reconhecimento de repercussão geral é importante. "A decisão do

precedente anterior não era exatamente sobre esse assunto. Foi um jeito que o Supremo encontrou de tentar evitar mais contencioso", diz.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188035>

Há quem defenda, por outro lado, que o aumento dos processos a favor dos contribuintes foi fabricado a partir de uma conclusão errada extraída do julgamento do Supremo. Ricardo Almeida, procurador do município do Rio de Janeiro, que atuou no primeiro julgamento, de 2020, diz que não é possível concluir, da fundamentação de Alexandre de Moraes, que as empresas imobiliárias estariam isentas do TEBL "A desoneração foi introduzida para estimular a capitalização com imóveis, para usar patrimônio imobiliário no âmbito familiar e aplicá-lo em atividades produtivas. A exceção da atividade preponderante diferencia quem está usando imóvel como patrimônio e quem está usando na atividade produtiva. É um contrassenso estender a não incidência a empresas imobiliárias e holdings patrimoniais", afirma.

De acordo com o relatório MultiCidades, produzido pela Aequis Consultoria a pedido da Frente Nacional de Prefeitos, o ITBI responde por 1,9% da arrecadação dos municípios brasileiros, segundo dados de 2022, compilados no relatório de 2024. A arrecadação com o imposto caiu 12,3% em relação ao ano anterior, especialmente porque as altas taxas de juros vêm desaquecendo o mercado imobiliário, conforme o relatório.

Apesar da pouca participação, o peso da arrecadação do tributo vai aumentar com a **reforma tributária**, segundo o relatório, já que só o ITBI e o IPTU ficarão sob a administração plena dos municípios após a incorporação do ISS a outro imposto de gestão compartilhada com Estados e a União. "Tornar a arrecadação desses dois **impostos** mais eficiente será o que lhes restará de autonomia política nas questões fiscais após a adoção do IBS", analisa a consultoria.

De qualquer modo, segundo Bastos, o reconhecimento da repercussão geral exige dos contribuintes a reavaliação de sua situação. "Quem já pagou ITBI recentemente pode avaliar uma medida judicial para garantir o direito de pedir o imposto pago de volta, dependendo do entendimento do Supremo. Quem está em meio a um processo de integralização também pode entrar com pedido na Justiça para não ser obrigado a recolher até a decisão", afirma.

As partes do processo no recurso do Supremo foram procuradas pelo Valor, mas não deram retorno até o fechamento da edição.

"Municípios usam a condicionante da atividade preponderante" Sandro M. dos Reis

Encontro reúne especialistas em combustíveis em Saúpe

Acontece a partir de hoje, o XVI Encontro de Revendedores de Combustíveis do Nordeste, que reunirá as principais entidades para discutir temáticas ligadas ao setor. Com o tema 'A Revenda e o Brasil que Queremos', o evento conta com o apoio do Governo do Estado e segue até o dia 10 de novembro, no Complexo Costa do Saúpe Eco Resort.

O evento contará com a presença de diversas personalidades públicas como a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, o diretor-geral da ANP, Rodolfo Sabóia, além do presidente do Sindicombustíveis Bahia, Walter Tannus Freitas, o vice-presidente do Sindicombustíveis Bahia, Baldomero Gonçalves, o presidente da Fecomcombustíveis, James Thorp Neto, e o presidente do Sindicombustíveis Bahia, Luiz Gonzaga Andrade, o presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, Adolfo Menezes.

Para discutir cenários como a adulteração de combustíveis na Bahia, a produção de diesel renovável, a **Reforma Tributária** e a sonegação de **impostos** através do descaminho dos produtos, participarão das palestras figuras públicas como o ex-ministro de economia Paulo Guedes para falar sobre o cenário macroeconômico e perspectivas futuras.

Também participarão representantes das instituições ICL (Instituto Combustível Legal), Brasil com (Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis), da Câmara Federal, Senado e Assembleia Legislativa da Bahia, representantes do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), da **Receita Federal** e Tribunal de Justiça da Bahia, da **Secretaria Estadual de Segurança Pública** e da **Secretaria Estadual da Fazenda** e o renomado tributarista baiano Robson Sant'ana.

Sociedade e gestores

"O evento superou as nossas expectativas. Nós vamos ter a presença das sete maiores empresas de distribuição de petróleo do Brasil. Vamos ter a participação da presidente da Petrobras, provavelmente do governador do estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues e do prefeito de Salvador, Bruno Reis. Teremos a participação do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, do presidente da Assembleia Legislativa, da Secretaria da Fazenda, da **Receita**

Federal e da ANP. Esperamos criar um grupo que assumo o compromisso de combater o devedor e a sonegação. Há um problema muito sério sobre as organizações criminosas tomando conta do segmento de combustíveis. Então, vamos levar esse alerta para toda a sociedade e esperar que a sociedade e que os gestores públicos abracem a defesa dessa causa", disse o presidente do Sindicombustíveis, Walter Tannus.

Durante todos os três dias de evento, acontecerá a Feira de Negócios, com grande oferta de produtos e serviços para postos revendedores oferecidos por distribuidoras de combustível, fabricantes de equipamentos, empresas de sistemas, escritórios de contabilidade, montadoras de caminhões, refinaria, entre outros. A expectativa é reunir mais de 1 mil participantes.

"Superou as expectativas. Nós vamos ter a presença das sete maiores empresas de distribuição de petróleo do Brasil"

WALTER TANNUS, presidente do Sindicombustíveis

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO NO PORTAL A TARDE

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_FEE8BB146A4A4334B0BD7FF60E7616710C5E0226129B39ED5A87FE686478C8CFE3111D2A1A0498C18CC2D2CE135EDE9B482BE79CBCF080B09AA7F4531D4D46825BFC3A380A02814FC9797A88D9FC7E78C5213A8D0478E72A8409B0F0B249E135875DD3526362E596D0D4A47DD0F2935F72F488AD50E0FAC8F020C

Prefeitos criam Comitê para gerir imposto

Em meio ao treinamento que prefeitos eleitos estão fazendo na Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o presidente da instituição, Paulo Ziulkoski, anunciou a criação do "Pré-Comitê Gestor" do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Trata-se de uma saída que a entidade encontrou para garantir que os estados, Distrito Federal e municípios tenham o direito de editar o regulamento do imposto proposto na **reforma tributária**.

Gestão

A estrutura administrativa contará com representantes dos Estados e dos municípios para assegurar uma gestão eficiente do tributo.

"O que, na realidade, nós, que estamos na ponta, precisamos é ter essa autonomia e a Confederação quer que a gente tenha uma reforma produtiva para todos os Municípios", explicou o 1º secretário da CNM e prefeito de Santa Cecília do Pavão (PR), Edimar Santos.

Na semana passada, as entidades divulgaram em conjunto uma nota em que apresentaram o posicionamento contrário ao regulamento único de **impostos** na **Reforma Tributária**.

Riscos

No documento, as entidades destacam que a medida cogitada por representantes da União pode "trazer sérios riscos ao pacto federativo".

Com o Comitê, as entidades firmaram o compromisso de antecipar a governança do IBS em uma etapa pré-operacional com compartilhamento de decisões e transparência nas etapas de discussão no Congresso Nacional, no planejamento dos processos de trabalho do Comitê Gestor e de seus sistemas de TI e administração da gestão tributária.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/twkh/#p=1>

Pacheco cita trabalho do Congresso para regular tecnologias digitais na abertura do P20

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), destacou, na abertura da 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlaentos do G20 (P20), que o Congresso brasileiro tem trabalhado para produzir um arcabouço legislativo que regule as tecnologias digitais e a mídia. O evento é parte das programações do G20 no Brasil.

- Não podemos nos olvidar da importância e da atenção às tecnologias digitais, sobretudo da inteligência artificial e da internet das coisas, para o enfrentamento dos nossos desafios - disse Pacheco. - Precisamos de uma infraestrutura digital eficiente, inclusiva e resiliente, que promova a conectividade global em prol da redução das desigualdades, tendo sempre como meta o desenvolvimento social centrado no ser humano.

As reuniões do P20 começaram, na quarta-feira, com a realização de fórum dedicado à defesa da maior presença de mulheres nos legislativos. A abertura oficial acontece nesta quinta-feira, com a presidência de Pacheco.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também participa dos eventos. Os dois presidentes ficaram por mais de uma hora juntos, na entrada do Salão Negro do Congresso, recebendo as autoridades convidadas.

Lira também discursou na abertura e citou a aprovação de projetos da chamada pauta verde, como a exploração de energia eólica em alto mar, e a tramitação da **reforma tributária**

-Avançamos para dar previsibilidade para que gere mais investimento, emprego e oportunidade- disse Lira.

Ontem, um dos destaques do evento foi a que a garantia de oportunidades iguais e a participação equitativa das mulheres nos parlamentos nos espaços de poder deve ser uma prioridade global. Em seu discurso, na quarta-feira, Lira afirmou que não há como falar de combate à fome, à pobreza e à desigualdade, se não houver avanços na promoção da igualdade de gênero, da autonomia econômica feminina e da superação do racismo. Um dos caminhos, disse o parlamentar, é adotar como

prioridade o desenvolvimento sustentável.

Pacheco também citou o tema na abertura desta quinta.

- De fato, combater a fome, a pobreza e a desigualdade em nosso planeta é, certamente, um dos nossos mais prementes desafios. A insegurança alimentar e a subnutrição avançam impiedosamente- disse Pacheco.

De acordo com a programação oficial, a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva era prevista, mas Lula não veio e participa na manhã desta quinta-feira de uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O evento termina na sexta-feira.

Site: <https://oglobo.globo.com/mundo/g20-no-brasil/noticia/2024/11/07/pacheco-cita-trabalho-do-congresso-para-regular-tecnologias-digitais-na-abertura-do-p20.ghtml>

Projeto que agiliza processos de falência se arrasta no senado

Um projeto de lei que tramita no Congresso Nacional visa reduzir o tempo dos processos de falência e recuperação judicial de empresas. O PL 3/24 foi aprovado na Câmara dos Deputados no fim de março e encaminhado ao Senado Federal no início de abril, onde se encontra parado desde então.

Enquanto essa reformulação da Lei de Recuperação Judicial e Falências (nº 11.101, de 2005) não é votada pelo Senado, diversos processos perduram por anos, à mercê de ações suspeitas de juízes, administradores judiciais, escritórios de advocacia e perícia especializados, conforme sugerem denúncias e investigações. A fiscalização de um plano de recuperação judicial tem o prazo máximo previsto de dois anos, conforme a Lei nº 11.101, mas o tempo médio desse tipo de processo no Brasil é de 11 anos.

Um dos processos mais longos conhecidos e comprovadamente irregular envolve a mineira Construtora Marialva Ltda., que se arrasta há quase 30 anos. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) chegou a afastar o juiz responsável, após uma investigação indicar o desvio de R\$ 50 milhões da massa falida da empresa ao longo de anos em esquema comandado pelo magistrado. O juiz, segundo indicou o tribunal, nomeava advogados como testa de ferro para ele próprio fazer a administração ilegal.

Outro caso famoso envolve a falência do Banco Santos, processo que se arrasta desde 2005. Agora, os herdeiros do espólio do falecido banqueiro Edmar Cid Ferreira, morto em janeiro, tentam suspender o administrador judicial, acusado de desvios e investigado pela Polícia Civil de São Paulo.

Mas outros processos emblemáticos se arrastam por anos, sob suspeita de ilicitudes e lances polêmicos. Entre casos longevos estão o da Usina Albertina (Sertãozinho-SP), iniciado em 2008; Usina Floralco, pertencente às massas falidas da Floralco Açúcar e Alcool e da GAM Empreendimentos e Participações, que começou em 2010; Usina São Fernando (Dourados-MS), desde 2013; e a recuperação judicial da Viação Itapemirim, começada em 2016 e que soma questionamentos no Tribunal de Justiça paulista (TJSP).

A companhia de ônibus interestaduais acumula cerca

de R\$ 2,4 bilhões em dívidas. A atual arrendatária da massa falida da Itapemirim, iniciada em 2022, é questionada por credores e a área técnica da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que aponta irregularidade no uso de autorizações de rotas de ônibus como parte da massa arrendada. O caso está sob análise do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que em junho revisou decisão do ano passado para autorizar a liquidação de bens para quitar parte da dívida.

negociação

O PL 3/24 é de autoria do Poder Executivo. De acordo com sua relatora na Câmara, a deputada federal Dani Cunha (União-RJ), o texto final foi fruto de negociação com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em reunião na residência oficial da Presidência da Câmara com outros líderes partidários.

O projeto propõe uma reformulação da Lei de Recuperação Judicial e Falências, mas, se aprovado, também terá efeitos no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor.

O objetivo do PL é simplificar e dar maior segurança jurídica aos processos de falência e recuperação judicial, além de ampliar o poder decisório por parte dos credores.

O texto trata da formulação do plano de falência, da figura do gestor fiduciário, da desburocratização da venda dos bens da massa falida, do mandato do administrador judicial e sua remuneração e uso de créditos de precatórios.

O plano de falência deve prever a gestão dos recursos da massa falida e a estratégia de venda dos bens encontrados. O gestor ou administrador judicial poderá contratar avaliadores para bens de valor igual ou superior a mil salários mínimos. Se aprovado no plano de falência, será permitido vender os bens em prazo diferente dos 180 dias estabelecidos atualmente.

A formulação do plano de falência não dependerá do consentimento do falido, podendo ser alterado na assembleia por iniciativa do gestor ou administrador judicial ou ainda por propostas alternativas apresentadas por credores que detenham pelo menos 15% dos créditos da massa falida.

Um comitê de credores será criado para examinar o plano de falência, emitir um parecer, examinar propostas de acordo e avaliar a necessidade de substituição do gestor.

Além disso, o texto determina mandato de três anos para o administrador judicial nomeado pelo juiz para conduzir o processo falimentar.

bens

Sobre a busca de bens pessoais dos proprietários e administradores da empresa falida para pagar as dívidas, sua aplicação terá que favorecer a todos os credores. No entanto, não será permitida a extensão da falência a outras empresas, a ampliação dos beneficiários ou a ampliação da responsabilidade pela dívida a pessoas que não tenham promovido o incidente que motivou o uso desse mecanismo. Foi aprovado o uso de qualquer direito creditório contra o poder público, como precatórios, para pagar os credores.

No leilão de bens da massa falida, é permitido que credores com valores a receber inferiores ao valor da avaliação se unam para a compra de um bem ou mesmo completem o valor restante com recursos próprios.

Conforme o projeto de lei, os valores devidos de natureza trabalhista deverão ser pagos apenas no juízo falimentar, proibindo a execução pela vara trabalhista. Já o limite de crédito que cada trabalhador pode receber da massa falida em primeiro lugar aumenta de 150 para 200 salários mínimos.

O cálculo dos **impostos**, taxas e multas (créditos da Fazenda Pública) devidos devem receber o maior desconto possível referente a programas de incentivo à regularização e informado ao devedor. O lucro obtido da venda de bens e direitos do ativo da empresa será isento de imposto de renda.

11 anos É O TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DE UM PROCESSO DE FALÊNCIA NO BRASIL

Site: <https://digital.em.com.br>

Retorno apoteótico

» **RODRIGO CRAVEIRO**

Donald Trump está de volta. Com o controle absoluto do Senado (e possivelmente da Câmara dos Representantes), uma Suprema Corte conservadora, e com 27 dos 50 governadores ao seu lado, o republicano retornará à Casa Branca em 20 de janeiro, quatro anos depois de se recusar a participar da transmissão de poder para Joe Biden. Até o fechamento desta edição, ele ganhava no voto popular: 72,1 milhões de votos contra 67,4 milhões para a vice-presidente democrata Kamala Harris. No Colégio Eleitoral, Trump tinha conquistado 291 dos 270 delegados necessários para a eleição, enquanto Kamala tinha 223.

Apenas outro presidente conseguiu a façanha de se reeleger para um segundo mandato, depois de perder as eleições: o democrata Grover Cleveland, que governou entre 1885 e 1889 e de 1893 a 1897.

O último chefe do Executivo dos EUA a concentrar tanto poder foi o democrata Lyndon Johnson, que ocupou a Casa Branca de 1963 a 1969.

Durante o discurso de vitória, Trump assegurou que seu governo "será verdadeiramente a era de ouro da América".

"Este é o maior movimento político de todos os tempos. (...) Fizemos história.

Vamos ajudar nosso país a se curar", prometeu. A retórica direta ecoou na classe trabalhadora e no meio rural, desiludidos com Washington. Na caminhada de volta à Casa Branca, ele enfrentou um atentado à bala e indiciamentos na Justiça, relacionados a um suborno para esconder uma relação extraconjugal com a ex-atriz pornô Stormy Daniels; à incitação à invasão ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021; e à tentativa de anular o resultado das eleições de 2020.

No início da tarde, Kamala telefonou para Trump, reconheceu a derrota e prometeu trabalhar, ao lado do presidente Joe Biden, para garantir uma transição pacífica de poder em um país marcado pela polarização política. "Ela deixou claro que espera que Trump seja um presidente de todos os americanos", disse Jen O'Malley Dillon, chefe de campanha de Kamala, segundo a emissora de tevê NBC News. Steven Cheung, porta-voz do presidente republicano eleito, explicou que Trump e Kamala "concordaram com a importância de unir os Estados Unidos". Horas

depois, a vice-presidente democrata instou os eleitores a aceitarem o resultado das urnas (leia na página 12).

Na mesma direção, Biden ligou para o presidente eleito e, além de parabenizá-lo, o convidou a "visitar" a Casa Branca. Hoje, o líder democrata, de 81 anos, fará um pronunciamento à nação para abordar as eleições e a transição.

Em 2021, depois da derrota nas urnas, Trump deixou Washington de helicóptero e se ausentou da cerimônia de posse.

Líderes mundiais felicitaram Trump e expressaram o desejo de trabalharem com o novo governo. Uma das saudações mais efusivas partiu do premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, ao declarar que Trump conseguiu "maior retorno da história". "O seu retorno histórico à Casa Branca fornece aos EUA um novo começo e um compromisso poderoso com esta grande aliança entre Israel e os EUA", disse. Os dois conversaram sobre a ameaça representada pelo Irã.

Na avaliação de Bruce E. Cain, professor de ciência política da Universidade de Stanford, o empoderamento de Trump o levará a tomar medidas polêmicas.

"Ele avançará no corte de **impostos** e de cargos públicos no governo, pressionará os europeus e a Ucrânia, e promoverá a detenção e a deportação de imigrantes ilegais", disse ao Correio.

"Trump se sentirá justificado pelos resultados e mais livre para fazer o que quiser. Mesmo assim, será mais difícil navegar dentro das fileiras republicanas em questões como aborto, tarifas e deficits orçamentários." Insatisfação Cientista político da Universidade Columbia, Donald P. Green crê que a explicação para a vitória de Trump está no sentimento geral de insatisfação com a economia e com a baixa popularidade de Biden. "Kamala acabou sobrecarregada pela fraca avaliação do eleitorado sobre Biden", afirmou à reportagem.

"Foi difícil para ela alegar, com credibilidade, que defende novas políticas e ideias. A maioria dos analistas esperava que o eleitorado punisse Trump por seus delitos, mas isso não se materializou em perda significativa de apoio, talvez por refletir a profundidade da divisão partidária nos EUA." James Green, historiador político da Universidade Brown (em Rhode Island), explicou que os americanos acreditam que o

não branco está tomando o lugar do branco no país. "Há o medo de que, em alguns anos, os EUA serão formados por uma 'maioria de minorias'", explicou ao Correio. "Trump se mobilizou sobre a noção da masculinidade ameaçada pelo movimento feminista." Professora de direito da Universidade de Michigan e ex-procuradora federal, Barbara McQuade afirmou ao Correio que Trump provavelmente se livrará de algumas acusações. "É provável que oriente o seu procurador-geral a rejeitar os casos federais contra ele. Também creio que os casos estaduais serão paralisados durante o tempo em que ele ocupar a presidência. Trump anunciou que perdoará os condenados pela invasão ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021."

"É manhã na América novamente"

Com esta frase, o executivo bilionário Elon Musk - dono de empresas como a SpaceX, a Tesla e X (antigo Twitter) - usou sua própria rede social para comemorar a vitória de Donald Trump. Ele publicou uma imagem em que aparece fazendo continência diante de uma bandeira dos Estados Unidos, no alto de um arranhacéu, em Nova York. O republicano garantiu que contará com Musk para realizar uma "auditoria completa" da administração federal e reformá-la drasticamente. O empresário aceitou a tarefa. Musk trabalhou de forma ativa na campanha e gastou mais de US\$ 110 milhões (ou R\$ 601,4 milhões) de sua fortuna pessoal para ajudar Trump a ser eleito. Ele também organizou uma série de eventos de campanha no disputado estado da Pensilvânia, onde o republicano venceu.

Eu acho...

"A vitória de Trump é ruim para o Estado de direito. Penso que a prisão e uma sentença contra ele será altamente improvável. É possível que um dos dois casos em Cortes estaduais contra o republicano seja retomado apenas em janeiro de 2029, quando ele deixar a Casa Branca, e ele seja condenado e enviado à prisão. No entanto, os casos judiciais não se fortalecem com a idade.

Justiça atrasada é justiça negada." Barbara McQuade, professora de direito da Universidade de Michigan e ex-procuradora federal "Trump será muito poderoso. Ele ganhou o Senado e deve obter a maioria da Câmara dos Representantes. Caso isso ocorra, ele receberá poder total para implementar seu Projeto 2025, marcado pela reestruturação do Estado e pela eliminação da regulamentação e de controle da saúde pública. Será um desastre. Trump desconstruirá o Estado.

Os democratas e outros terão que organizar uma

resistência como ocorreu no Brasil durante os quatro anos de governo de Jair Bolsonaro." James Naylor Green, historiador político da Universidade Brown (em Rhode Island) "Trump usará o segundo mandato para enriquecer sua família e a si mesmo.

Também colocará fim às investigações, concederá autopiedade se achar necessário, perseguirá seus inimigos, empurrará sua agenda e, claro, jogará muito golfe." Bruce E. Cain, professor de ciência política da Universidade de Stanford

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/index.php?id=/login.php>

Os economistas premiados com o Nobel e o Brasil (Artigo)

Roberto Macedo

Roberto Macedo ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

Três economistas receberam o Nobel deste ano: Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson. O **comunicado** sobre o prêmio disse que ele foi dado por estudos de como as instituições da sociedade são formadas e afetam a prosperidade de um país. Instituições são tomadas num sentido lato, não sendo necessário que tenham, por exemplo, uma sede. Isto é, as elites de uma sociedade, por exemplo, constituem instituições.

O Congresso é uma instituição política, mas as suas ações têm também impacto social. Um caso interessante é o das duas Coreias, que depois de sua divisão se tornaram países muito diferentes, a do Sul prosperando e a do Norte ficando para trás, pois seus líderes as conduziram de formas diferentes.

Países como o Brasil dependeram muito da sua colonização.

Pensando na desigualdade, ela começou com a exploração da população local com o objetivo de lucro. Isso é chamado pelos premiados de extrativismo.

Em contrapartida, há países, como os EUA, que no seu início criaram, com colonos ingleses na região da Nova Inglaterra, uma sociedade inclusiva, mas não só pelo fato de serem ingleses, mas porque essa região era pobre de nativos e os próprios colonos tinham de trabalhar.

Esse enfoque de sociedades extrativistas ou inclusivas será utilizado a seguir, e interessei-me por ele porque está em sintonia com a argumentação que tenho desenvolvido neste espaço quanto ao fraco crescimento do Brasil desde a década de 1980, atribuindo-o mais aos políticos, pela forma como conduzem o País.

Começemos pelos nossos congressistas, que na sua maioria são extrativistas, pois estão lá para defender seus interesses pessoais e de grupos também extrativistas que circulam em torno deles.

O caso das emendas parlamentares, que tenho criticado aqui desde 2015, é um caso de extrativismo, no qual se toma o dinheiro público dos cidadãos contribuintes para distribuí-lo a municípios e seus políticos extrativistas, com o objetivo de ampliar seu apoio popular para eleger vereadores e prefeitos que no futuro apoiarão os congressistas emendistas em seus projetos de reeleição.

O caso se parece com o de fazendeiros extrativistas empregando caboclos com salários irrisórios numa plantação de cana, só que estes estão mais próximos de quem extrai ganhos deles do que no caso dos emendistas que extraem dinheiro de quem paga **impostos**. E onde fica a preocupação com o baixo crescimento do País e o futuro de sua população?

No caso do atual presidente da República, tenho de recorrer a uma outra figura para inseri-lo neste cenário. Trata-se do populista. Ele perdeu força no Congresso com o financiamento dos emendistas, cujos recursos poderiam estar alternativamente, por exemplo, em projetos de infraestrutura de que o País tanto carece. A preocupação dele é manter-se no poder e ser reeleito. Em lugar das emendas, usa os chamados gastos sociais para caçar votos e ser agradecido pelos eleitores.

Não sou contra gastos sociais, mas deveria haver um maior equilíbrio deles relativamente aos investimentos públicos que cabem ao governo.

Ademais, como disse um dos laureados com o Nobel, "(...) a estratégia mais eficaz para o Brasil seria focar na criação de oportunidades para inserir pessoas de diferentes níveis de habilidade e conhecimento no mercado".

Um resultado dos programas sociais foi que o governo teve de reduzir muito seus investimentos, o que prejudica o crescimento do País, tema no qual Lula também não se empenha o necessário.

Ao exagerar nos programas sociais, o governo amplia seus déficits primários, a dívida pública sobe e seus juros também, afetando inclusive os pagos por investidores privados, o que prejudica os investimentos e o crescimento econômico.

Uma das últimas notícias sobre os gastos sociais

populistas e caça-votos é a de uma grande ampliação, para R\$ 13,6 bilhões, do Auxílio Gás, a ser instituída no ano que vem de olho nos votos de 2026.

Passando às elites empresariais, o empenho extrativista também está aí, pois muitos de seus membros são lobistas junto do poder público buscando privilégios para os seus negócios, sem uma visão de país.

Em síntese, as elites brasileiras estão dominadas por um comportamento extrativista e mesmo o populismo do presidente Lula poderia ser chamado de um extrativismo de votos. Não se pensa numa visão inclusiva que pudesse levar o País a crescer bem mais, ampliando a prosperidade de um segmento maior da sociedade.

O que fazer? Vou apresentar algumas ideias, mas talvez esteja sonhando. O fim da reeleição presidencial reduziria em muito o extrativismo de votos, embora exista o risco de o presidente em exercício buscá-los para seu candidato.

O governo deveria ser obrigado a gastar com investimentos uma porcentagem bem maior de suas receitas. As emendas parlamentares deveriam ser eliminadas, pela suas desigualdades inconstitucionais.

E o lobby empresarial deveria ser regulamentado, para reduzir sua ousadia.

Seus conhecimentos sobre instituições no sentido "lato" são úteis para entender o que se passa no País

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Vitória de Trump e a urgência fiscal - ALVARO GRIBEL

ALVARO GRIBEL

Alvaro Gribel REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

O pior cenário para a economia mundial aconteceu: uma vitória de Donald Trump com alta probabilidade de maioria republicana na Câmara e no Senado.

Isso aumenta o risco de que ele consiga aprovar medidas que vão gerar **inflação** nos EUA e diminuir os fluxos do comércio internacional. Para o Brasil, o recado é claro de que é preciso acelerar o pacote de ajuste fiscal, que agora terá que ser mais duro para conter a valorização do dólar e um consequente aperto ainda mais forte da taxa Selic pelo Banco Central.

Ontem, o Copom subiu os juros em mais meio ponto, para 11,25% ao ano, e deixou a porta aberta para acelerar o ritmo para 0,75 ponto na reunião de dezembro. Com a decisão unânime, a política monetária faz a sua parte para levar a **inflação** à meta e diminuir riscos de confiança durante a transição entre os presidentes Roberto Campos Neto e Gabriel Galípolo.

Com a vitória ampla, Trump terá mais força para passar medidas anti-imigração que irão atingir em cheio a **inflação** de serviços nos EUA. Sem os imigrantes, haverá menos mão de obra disponível para trabalhar, ainda que muitos deles sejam ilegais. O aumento de barreiras comerciais que ele promete também vai diminuir a oferta de produtos, com novo impacto sobre os preços, fora o efeito sobre o nível de atividade econômica mundial. E a promessa de redução de **impostos** tende a agravar o déficit fiscal nos EUA, aumentando a volatilidade nos mercados.

Há um combo de problemas nas promessas econômicas de Trump, e a alta da bolsa americana ontem representou apenas uma visão de curto prazo dos investidores. Como ele promete reduzir **impostos** e desregular a economia, empresas de setores como financeiro, defesa e energia (petróleo) se valorizaram, e elas têm grande peso na composição dos índices.

É um erro entender essa alta como endosso à política econômica do republicana, em um sentido mais amplo.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que Trump fez um discurso mais moderado após a vitória e que é preciso separar o que é retórica de campanha e o que serão suas ações de governo. A lógica faz sentido, mas o tamanho da vitória de Trump não dá nenhum incentivo para que esse atenuar suas promessas.

O pacote de Haddad terá que ser mais duro, porque agora o Brasil viverá em um mundo mais adverso. A boa notícia é que Haddad já sabe disso. O dólar ontem caiu, em parte, por causa dessa expectativa.

A ruim é que Lula ainda não dá mostras de que foi convencido.

O pacote de Haddad terá de ser mais duro, porque agora o Brasil viverá em um mundo mais adverso

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dólar e juros devem subir, dizem analistas

A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos pode ter deixado o cenário mais difícil para a economia brasileira. Entre os especialistas, existe uma leitura de que as políticas propostas pelo republicano, se avançarem, devem deixar o dólar e os juros mais altos.

Uma das questões que mais preocupam é a possibilidade de o novo presidente elevar tarifas de importação, medida considerada inflacionária e que pode provocar também um imbróglcio no comércio internacional.

No Brasil, a barra mais alta do cenário externo pressiona ainda mais o governo federal a colocar de pé a agenda de corte de gastos para melhorar a saúde das contas públicas. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com outros ministros para discutir o pacote de ajuste fiscal e disse que seus colegas "estão muito conscientes da tarefa que temos pela frente." A pedido do Estadão, seis economistas avaliam possíveis reflexos que a vitória do candidato republicano pode ter sobre o Brasil.

ANÁLISES:

Armando Castelar Pesquisador associado do FGV/Ibre

"Brasil tem situação mais desafiadora"

E, ao final, Donald Trump venceu as eleições presidenciais de 2024, uma das mais disputadas da história. Sua eleição vai acentuar a mudança de rumo na política econômica americana, que Trump introduziu em seu primeiro mandato, com propostas relativamente radicais em quatro áreas: política comercial, imigração, tributação e regulação.

Trump promete aumentar as barreiras às importações, em especial, mas não apenas, da China, para substituí-las por produtos fabricados no país. Também quer reduzir a imigração, inclusive com a expulsão de ilegais. Pretende ainda reduzir os **impostos** incidentes sobre empresas e, possivelmente, pessoas físicas, e reduzir a carga regulatória em áreas como energia, dando menos ênfase à questão climática.

O resultado será um forte estímulo fiscal à atividade, mas também aumento ainda maior do déficit e da dívida pública americana, além de mais **inflação**. Isso vai forçar o Fed (o banco central americano) a adotar uma política monetária mais contracionista, de forma que os juros curtos e longos subirão, o que, com uma

alta do mercado acionário, atrairá capitais para o país, valorizando o dólar.

CENÁRIO RUIM. É um cenário ruim para os emergentes, que devem sofrer com o dólar e os juros mais altos. Além disso, as barreiras às importações e os impactos negativos sobre a atividade econômica na China e, em menor escala, na Europa também dificultarão as exportações desses países.

O Brasil deve ser negativamente afetado por esse cenário, ainda que, por ter um déficit nas suas transações comerciais com os Estados Unidos, não venha a ser tão visado pela política comercial de Trump. De qualquer forma, haverá mais pressão sobre o câmbio e os juros, o que tornará ainda mais necessário conter os gastos públicos e reduzir o déficit fiscal.

Ainda que as linhas gerais desse cenário com Trump sejam consensuais, há dúvidas em três dimensões. Uma, que se resolverá logo, é se os republicanos também controlarão, além do Senado, a Câmara dos Deputados.

Se não, as medidas nas áreas regulatória e fiscal ficarão mais difíceis.

Dois, se Trump adotará uma postura mais pragmática e menos ideológica, usando a ameaça de barreiras comerciais mais como meio de atrair investimento direto para os Estados Unidos, em especial da China. E, três, se Trump procurará um acordo com outros países para enfraquecer o dólar, para facilitar a (re)industrialização do país. Nos três casos, são caminhos que melhoram o cenário.

No todo, porém, a conclusão é que a situação ficou mais desafiadora para a economia brasileira.

-

Luciano Sobral Economista-chefe da Neo Investimentos

"Onda Trump chega em momento crucial"

A maior surpresa com a volta de Trump ao poder é a extensão da sua vitória. Ele deve ter a maior votação no colégio eleitoral (vencendo em quase todos os "swing states") desde Obama em 2012, vencer também no voto popular e, provavelmente, ter maioria nas duas câmaras do Congresso. Terá um mandato

popular amplo e meios políticos para executá-lo.

Na economia, ainda que não saibamos de detalhes cruciais, creio que podemos reduzir a agenda "MAGA" a protecionismo e melhora do ambiente de negócios, entendida por menos impostos e regulação.

A agenda protecionista deve levar a um choque no comércio global de extensão e profundidade ainda desconhecidas. Parece certo que o alvo principal é a China; há menos clareza sobre a materialização da tarifa horizontal para todos os países, com impactos inflacionários (nos EUA) e recessivos (no mundo todo).

A agenda pró-negócios deve melhorar a lucratividade das companhias americanas à custa de déficits públicos maiores.

Com maior inflação, isso deve levar a juros maiores em dólares.

Ativos americanos serão mais atrativos para poupadores do mundo todo.

Essa combinação pode ser muito ruim para o Brasil, no curto e no médio prazos. De imediato, vamos sentir o efeito da depreciação adicional do real nos preços e nos juros. Com a inflação já partindo de um patamar alto, o BC dificilmente poderá acomodar essa pressão adicional nos preços sem precisar apertar ainda mais a política monetária.

Isso implicará crescimento menor e mais dificuldade para equilibrar a dívida pública.

Quanto ao comércio internacional, devemos avaliar os efeitos no comércio com os EUA e indiretos no que transbordar para a China, já que estes são os dois maiores parceiros comerciais do Brasil. A pauta de exportações do Brasil para os EUA é bastante diversificada (os cinco maiores grupos de produtos correspondem a menos de 40% do total exportado nos últimos três anos), de forma que o agregado não seria muito prejudicado se as tarifas forem direcionadas a alguns setores específicos. Além disso, a depreciação acumulada recentemente no real mais que compensa qualquer aumento plausível de tarifas a serem aplicadas para o Brasil.

Na China, é bem mais difícil de estimar para além do susto inicial com um choque negativo no crescimento global.

Não é absurdo imaginar que a China poderia direcionar para o resto do mundo, a preços mais baixos, o que deixar de vender para os EUA. O efeito disso na produção agregada - e, portanto, no crescimento do país e em sua demanda por matérias-

primas - é ambíguo e impossível de ser quantificado a esta altura.

A "onda Trump" atinge o Brasil em um momento crucial de definição de política econômica. O que será feito dela depende da leitura do governo: se um chamado à austeridade, como preparação para um mundo mais turbulento nos próximos quatro anos, ou se um incentivo ao populismo com foco no mercado doméstico.

-

André Diniz Economista-chefe Kinea Investimentos

"Banco Central deve seguir ciclo de alta"

A eleição de Donald Trump nos EUA configura um ambiente mais desafiador para mercados emergentes, incluindo o Brasil. Primeiro, porque uma das pautas principais de campanha do republicano é a possível implementação de tarifas comerciais sobre a China, que teria transbordamentos econômicos e financeiros para os países emergentes. A vocação de um país produtor e exportador de commodities como o nosso sofre um revés neste cenário.

Em segundo lugar, Trump deve estender os cortes de impostos para as empresas americanas, o que tende a adicionar atratividade relativa ao mercado acionário americano frente aos emergentes e, novamente, desfavorecer fluxos de capitais para o Brasil. A liquidez dos investimentos globais será drenada por um imenso ralo americano.

Esses dois fatores - tarifas e cortes de impostos - tendem a aumentar a diferença relativa de crescimento entre os EUA e o mundo. A perspectiva de taxas de juros mais elevadas por lá força o Banco Central a seguir no ciclo de alta que se iniciou.

Mais um sinal desafiador para os países emergentes.

A questão fiscal segue como chave e faz parte do pacote de nossas idiossincrasias internas.

A possibilidade de um pacote de cortes de gastos vai na direção correta. Mas, em uma economia aquecida e com inflação em vias de retomada da aceleração, o Banco Central vai ter de manter juros apertados, deixando a Bolsa menos atrativa nesse contexto internacional.

Solange Srouf Diretora de macroeconomia para o Brasil no UBS Global Wealth Management

"Precisamos olhar para o desequilíbrio fiscal"

D e um lado, o resultado das eleições presidenciais dos EUA elimina uma incerteza sobre o comando de uma das duas economias mais relevantes do mundo; de outro, inaugura uma série de outras dúvidas.

Trump fez uma campanha bastante incisiva em defesa de **impostos** baixos, desregulamentação agressiva e assumindo uma postura bastante dura em relação à imigração e à imposição de tarifas comerciais.

A política comercial parece ser o principal canal pelo qual a eleição dos EUA pode gerar um choque global. Trump defende o aumento das tarifas sobre produtos chineses para 60% e entre 10% e 20% para os demais países. Ainda que não cumpra 100% de suas promessas, é uma política que tende a levar à valorização do dólar, **inflação** mais alta, maiores taxas de juros e menor crescimento nos EUA. As retaliações dos países afetados podem vir através de imposição de tarifas ao redor do mundo (uma verdadeira "guerra comercial") e uma onda de desvalorizações cambiais.

Em relação à imigração, a adoção de uma abordagem mais dura pode gerar menos crescimento e trazer mais **inflação**.

A forte imigração dos últimos anos ajudou a conter os salários americanos, permitindo que a atividade econômica resiliente fosse acompanhada de uma desaceleração gradual da **inflação**. Assim como no caso das tarifas, tais medidas trazem incertezas sobre os desenvolvimentos futuros do ciclo de queda de juros americanos, uma vez que o cenário de mercado de trabalho apertado sem fortes pressões inflacionárias fica sub judice.

Já a direção da política fiscal dos EUA dependerá do quanto Trump conseguirá caminhar junto ao Congresso.

Com o Senado de maioria republicana, o controle da Câmara permitirá a continuidade da política de baixos **impostos** implementada no seu primeiro mandato.

Investidores não veem os EUA em crise fiscal - apesar de uma trajetória de dívida crescente -, mas o acúmulo de déficits elevados reforça ainda mais o cenário de juros altos, uma vez que os investidores demandarão um maior prêmio de risco.

O resultado da eleição provavelmente também afetará a política externa dos EUA, especialmente com a China e a Europa. Ao priorizar a negociação bilateral entre os EUA e demais países, diminuindo a relevância dos organismos multilaterais, Trump traz menos previsibilidade e um aumento do risco geopolítico.

Para o Brasil, juros americanos mais elevados, dólar mais forte e maiores riscos geopolíticos não vêm em um bom momento. Estamos vivendo uma crise de credibilidade do arcabouço fiscal, cujas consequências já têm sido juros domésticos mais altos e desancoragem das expectativas de **inflação**.

Esse contexto americano torna ainda mais urgente a necessidade de endereçarmos nosso desequilíbrio fiscal.

-

Silvio Campos Neto Sócio e economista sênior da Tendências

"Ativos brasileiros devem ser afetados"

E m termos econômicos, a vitória de Donald Trump traz desdobramentos importantes, considerando a defesa de uma plataforma baseada em (i) ampliação e extensão dos cortes de **impostos** e (ii) política agressiva de aumento de tarifas de importação, principalmente sobre produtos chineses, o que deve vir acompanhado de retaliação. Como exemplo, a escalada tarifária iniciada em 2018 por Trump resultou no crescimento de apenas 1,2% do volume de comércio mundial de bens e serviços em 2019, ante uma média anual de 3,7% nos cinco anos anteriores.

Influenciado por esse cenário, o crescimento do **PIB** mundial recuou de 3,6% em 2018 para 2,9% em 2019. A desaceleração da atividade no mundo afetaria não somente os volumes transacionados, mas também os preços dos bens e serviços, com destaque para as commodities - canal que afetaria diretamente o Brasil. Do lado da China, a intensificação da guerra comercial com os EUA estimularia ainda mais a exportação de produtos industriais para outros mercados (como os países da América Latina), um fator de risco à produção local nesses países.

As medidas protecionistas devem ter implicações inflacionárias nos EUA, dificultando o trabalho do Federal Reserve nos próximos anos. Se a expectativa de redução dos juros em 0,25 ponto porcentual pelo Fed em novembro e dezembro está mantida por ora, há dúvidas quanto ao espaço para a continuidade do movimento em 2025. Adicionalmente, os cortes de **impostos** devem elevar a necessidade de financiamento e piorar a trajetória já preocupante da dívida do governo americano. Como resultado da combinação de maiores riscos fiscais e inflacionários, as taxas de juros de mercado devem operar em patamares mais elevados, enquanto o dólar deve manter posição mais forte perante outras moedas.

Com isso, os ativos brasileiros devem ser afetados

pelos maiores pressões externas das taxas de juros e do dólar, com potencial agravamento pela maior exposição ao risco China e pelas fragilidades internas. Em um primeiro momento, espera-se uma taxa de câmbio mais depreciada, ainda que ao longo de outubro a variável já tenha incorporado parte do cenário Trump. Os juros de mercado devem passar por ajustes, como reflexo do reposicionamento das taxas de mercado dos títulos americanos.

Os efeitos podem ser atenuados pelo anúncio de medidas fiscais pelo governo em breve, algo que ganha um senso de urgência ainda maior.

De todo modo, a atual expectativa da Tendências de taxa de câmbio em R\$ 5,45/US\$ no fim do ano ganha claro viés de alta à luz do fator externo, com revisão a ser promovida após a divulgação do plano de contenção de gastos. A trajetória da política monetária também merece atenção, sendo que o cenário básico atual contempla pico da Selic em 12,5% em março e taxa ao final de 2025 em 11,5%. Eventual necessidade de maior aperto deve seguir no radar, embora uma revisão não deva ocorrer neste momento.

-

Gabriel Barros Economista-chefe ARX Investimentos

"Calcanhar de Aquiles é questão fiscal"

A vitória de Trump é um evento de evidente repercussão global, tanto do ponto de vista político quanto econômico e geopolítico.

Do ponto de vista político, a vitória em quase todos os "swing states" foi robusta.

Apesar de ainda não sabermos o resultado final para a eleição da Câmara, a probabilidade de um "red sweep" é elevada, com o Partido Republicano vencendo literalmente tudo (presidência, colégio eleitoral, Senado e Câmara), inclusive no voto popular.

Do ponto de vista geoeconômico, o retorno de Trump à Casa Branca produzirá grandes alterações, com o envolvimento direto ou indireto dos EUA em conflitos geopolíticos tomando outra direção e produzindo efeitos sobre os mercados, notadamente de commodities. A mudança na forma de conduzir a diplomacia e as relações internacionais prometem alterar o equilíbrio global.

Em termos econômicos, a vitória de Trump significa dólar forte, maior protecionismo e **inflação** global. O déficit e a dívida pública elevados, tanto nos EUA como nos demais países avançados e emergentes, são uma preocupação. A fragilidade fiscal em nível

global que já existe deve se agudizar, sustentando um nível mais elevado de juro global.

Para o Brasil, que tem como calcanhar de Aquiles sua posição fiscal atual e futura, senso de urgência, convicção e capacidade de entrega são fundamentais para evitar uma entropia e crise que afunde o País na armadilha da renda média. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Com "Trump trade", Bolsas americanas batem recordes

ISA MORENA VISTA E PAULO RENATO NEPOMUCENO

A vitória contundente do republicano Donald Trump nas eleições dos EUA se espalhou pelos mercados financeiros de todo o mundo ontem. Com o reforço do chamado "Trump trade", como operadores de mercado chamam apostas em investimentos beneficiados por um novo governo do republicano, os índices de ações americanos atingiram suas máximas históricas, o dólar se valorizou perante as moedas dos principais países e os juros dos títulos do Tesouro americano subiram.

No Brasil, o Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, abriu em forte queda, mas o movimento arrefeceu ao longo do dia e o recuo foi de 0,24% no fechamento, a 130.288 pontos. O dólar caiu 1,26%, a R\$ 5,67, na contramão do mundo. No mercado americano, o Dow Jones saltou 3,57% ontem, enquanto o S P 500 subiu 2,53% e o Nasdaq avançou 2,95%. O S P 500 teve o melhor desempenho num dia seguinte de eleição presidencial nos EUA em toda a História, segundo a consultoria Birinyi Associates e a agência de notícias Bloomberg.

A perspectiva de uma política econômica mais protecionista - o republicano prometeu, ao longo de toda a campanha, elevar tarifas de importação - num segundo mandato de Trump, que poderia impulsionar a economia americana e os lucros das companhias do país, explica o fortalecimento tanto dos índices de ações das Bolsas de Nova York quanto do dólar.

- Por enquanto, o sentimento dos investidores é pró-crescimento, pró-desregulação e pró-mercados -disse David Bahnsen, diretor da gestora de recursos The Bahnsen Group. - Também há uma suposição de que a atividade de fusões e aquisições vai aumentar e que mais cortes de **impostos** virão ou os atuais serão prorrogados. Isso cria um cenário forte para as ações.

ATRAÇÃO DE RECURSOS

Mais crescimento e mais protecionismo nos EUA atraem recursos para os mercados da maior economia do mundo. Na Europa, as Bolsas fecharam em queda, ainda que não tão elevadas.

As políticas propostas por Trump também tendem a valorizar o dólar perante as demais moedas. Algumas das mais afetadas foram o iene e o euro. No Japão, o

dólar subiu 1,99% ontem, enquanto a cotação da divisa americana avançou 1,87% ante a moeda única da Europa.

Cristiane Quartaroli, economista-chefe do Olíbano, afirma que, para além do temor sobre as medidas econômicas de Trump, há um fator adicional para a queda das moedas globais frente ao dólar: a busca pelo dólar como mecanismo de proteção contra a volatilidade contribuiu com a alta vista nos últimos dias.

Por outro lado, uma elevação generalizada de tarifas de importação traz o temor de uma **inflação** mais alta nos EUA. Somada à perspectiva de aumento no rombo do Orçamento do governo americano, por causa da promessa de Trump de cortar mais o nível dos **tributos**, houve aumento nas taxas de juros dos títulos públicos. Os rendimentos dos títulos de 10 anos dos EUA avançaram 0,17 ponto percentual, para 4,44% ao ano.

-A atenção agora deve se voltar para a reunião do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) amanhã (hoje). O rendimento de 10 anos está se aproximando do nível de 4,5%, que foi o nível em que os ativos de risco enfrentaram dificuldades nos últimos 24 meses - disse Ryan Grabinski, diretor executivo da corretora americana Strategas.

Na reunião de hoje, o Fed deverá anunciar um corte de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros dos EUA, para a meta de 4,5% a 4,75% ao ano. O ciclo está na contramão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) do Brasil -que ontem subiu sua taxa básica (a Selic) em 0,5 ponto, para 11,25% ao ano -, mas, no longo prazo, mais **inflação** poderia obrigar o Fed a interromper os cortes de juros por lá.

DIFERENÇA DE JUROS

Enquanto isso não ocorre, no curto prazo, a expectativa de aumento na diferença de juros básicos entre Brasil e EUA foi um dos fatores citados por analistas para explicar a queda do dólar no Brasil ontem, na contramão do resto do mundo -quanto maior os juros em relação à taxa básica americana, maior a tendência de recursos de investimento de curto prazo virem para os mercados brasileiros.

Ontem, o dólar abriu o dia em alta por aqui, chegou a ser cotado a R\$ 5,86 de manhã, mas foi arrefecendo durante a tarde. De acordo com Luiz Felipe Laudari, sócio e gestor da Galapagos Capital, o real foi impulsionado por uma correção, após o dólar ter disparado na semana passada. A taxa de câmbio fechou em R\$ 5,8698 na última sexta-feira, maior valor desde 2020.

Cristiane, do Ouribank, também aponta que a inversão de sentido do dólar a partir da tarde veio da própria confirmação da vitória de Trump. Conforme essa análise, parte da alta do dólar na semana passada já estaria relacionada a posições de investidores globais de curto prazo que apostavam na eleição do republicano. Quando a aposta é confirmada, operadores voltam atrás em alguns investimentos.

-Essa vitória (de Trump) já estava no preço, principalmente pela performance que vimos do câmbio nos últimos dias -afirmou Cristiane.

Outro fator que apoiou a queda do dólar ontem foi a discussão em torno das contas públicas do governo brasileiro. A demora, por parte da equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em anunciar um pacote de ajuste de gastos contribuiu para a alta do câmbio na semana passada. Após a reação negativa do mercado, Haddad cancelou uma viagem que faria à Europa esta semana para discutir o pacote com o resto do governo. Ontem, o ministro afirmou que as medidas do pacote serão fechadas hoje.

"Essa vitória já estava no preço" Cristiane Quartaroli, economista-chefe do Ouribank

"O sentimento dos investidores é pro-crescimento
David Bahnsen, diretor do The Bahnsen Group

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inflação, juro e indústria: qual será o "efeito Trump"?

JOÃO SORIMANETO, THAÍS BARCELLOS, ELIANE OLIVEIRA E BERNARDO LIMA SÃO PAULO E BRASÍLIA

A vitória de Donald Trump terá várias ondas de efeitos na economia brasileira. Nos cálculos de especialistas, os primeiros impactos devem ser percebidos no dólar (apesar da queda registrada ontem) e nos juros futuros, mas não param por aí. Com a perspectiva de um dólar mais alto, já se fala em impacto na **inflação** de produtos do dia a dia (leia mais abaixo), o que levaria o Banco Central a elevar ainda mais a taxa básica de juros (Selic). As relações comerciais também serão afetadas, com o impacto na indústria da política protecionista prometida pelo presidente eleito. Integrantes do governo Lula avaliam que, diante de um cenário menos favorável para economias emergentes, o freio no aumento das despesas se tornará ainda mais urgente, além do reforço na sustentabilidade do arcabouço fiscal e da dívida.

O Ministério da Fazenda espera a formação do governo de Trump para medir o tamanho dos impactos para o Brasil do retorno do republicano à Presidência dos EUA. Ele terá maioria no Senado e há perspectiva de alcançar o mesmo na Câmara. A força com que o republicano saiu das urnas aumentou as preocupações de que ele cumpra na íntegra suas promessas de campanha. De modo geral, no governo já havia expectativa de maior protecionismo no próximo mandato presidencial, e há temores de que a vitória de Trump na Casa Branca seja um palanque para o bolsonarismo.

Durante a manhã, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o discurso de Trump após a vitória já foi mais "moderado" na comparação com o tom da campanha e é preciso "cuidar da nossa casa": - Na campanha, foram ditas muitas coisas que causam apreensão ao mundo inteiro, então, o dia amanheceu mais tenso. Mas entre o que foi dito e o que vai ser feito, a gente sabe que as coisas muitas vezes não se traduzem da maneira que foram anunciadas, e o discurso pós-vitória já é um discurso mais moderado que o da campanha. Então nós temos que aguardar um pouquinho e cuidar da nossa casa, das finanças, para ser o menos afetado possível qualquer que seja o cenário externo -disse.

GUERRA TARIFÁRIA

Para Paulo Gala, professor da FGV/SP e economista-chefe do Banco Master, a vitória do republicano traz a perspectiva de dólar mais alto, desvalorização de moedas de países emergentes e possível interrupção da queda dos juros do Federal Reserve (Fed, o banco central americano). Juros mais altos nos EUA tendem a atrair capital para os títulos americanos, especialmente aquele que seria destinado a economias emergentes, como a do Brasil.

- Estávamos fechando um livro, após a pandemia, com juros caindo nos EUA Abre-se novo livro com a vitória de Trump. O cenário que se desenha é de **inflação** elevada, interrupção da queda dos juros nos EUA a partir de 2025, déficits fiscais elevados e cortes de **impostos**. Para o Brasil, traz um cenário econômico pior- analisa Gala.

O economista espera que o BC volte a elevar a Taxa Selic na próxima reunião e que os juros encerrem o ano a 11,75%. Outros economistas já veem sinais de taxa a 12,5% ao fim do processo de aperto.

"Na campanha, foram ditas muitas coisas que causam apreensão ao mundo inteiro, então o dia amanheceu mais tenso. Mas entre o que foi dito e o que vai ser feito, a gente sabe que as coisas muitas vezes não se traduzem da maneira que foram anunciadas" Fernando Haddad, ministro da Fazenda Trump defendeu a redução da taxa de imposto de renda corporativa de 21% para 15%, e analistas esperam déficits fiscais crescentes nos EUA.

Uma das maiores preocupações é com o "tarifaço" que Trump pretende impor nas importações, algo que atingiria em cheio o Brasil -os EUA são o segundo maior parceiro comercial do país, apenas atrás da China. Para o médio e longo prazo, pode-se esperar novo capítulo da guerra tarifária com a China, com efeitos na corrente de comércio mundial e o encarecimento dos produtos comprados pelos americanos do exterior. O freio na imigração, promessa de campanha, tende a provocar alta da **inflação** nos EUA devido à restrição de mão de obra em áreas como construção, restaurantes e saúde.

A economista-chefe da Galapagos Capital, Tatiana Pinheiro, observa que uma política tarifária agressiva contra a China, cuja economia já vem desacelerando, pode impactar ainda mais o país asiático - que é o

principal comprador de commodities do Brasil e de outras nações emergentes. Isso pode enfraquecer o comércio mundial e, por tabela, prejudicar as vendas brasileiras.

- Além disso, se Trump mantiver o discurso de campanha e elevar fortemente tarifas de importação, o Brasil e outros países podem ser prejudicados diretamente, já que os Estados Unidos produzem milho, soja, aço, que concorrem com o Brasil -diz Tatiana.

Trump prometeu elevar as tarifas em 10%, de forma geral, e em 60% sobre produtos chineses. Welber Barrai, sócio da consultoria BMJ e especialista em comércio internacional, observa que alguns setores de exportações brasileiras para os EUA já foram afetados por medidas protecionistas de Trump antes, como aço, alumínio e cobre. O Brasil exporta também peças e partes de maquinário, que poderiam ser afetados desta vez. Commodities, o Brasil exporta pouco para os americanos, a não ser suco de laranja, e é concorrente em soja e milho.

-O mundo inteiro pode diminuir o crescimento com medidas protecionistas dos EUA -diz Barrai.

"DRILL, BABY, DRILL"

Nas Bolsas, houve queda de ações de empresas de energias sustentáveis e alta de companhias ligadas a combustíveis fósseis. Trump repetiu várias vezes na campanha o slogan dos republicanos em 2008: "Drill, baby, drill!", na tradução "Perfure, querido, perfure", em alusão à busca de novos poços de petróleo. Como se sabe, Trump é incentivador do uso de combustíveis fósseis e considera o aquecimento global "uma fraude".

O ex-diretor do Banco Central e presidente do Conselho de Administração da Jive Investments, Luiz Fernando Figueiredo, destaca que a vitória foi mais ampla do que o esperado: - Os efeitos para o Brasil serão mais indiretos do que diretos. O Brasil não depende de capital de curto prazo e da liquidez internacional, como já foi no passado. Então, os efeitos virão no médio e longo prazo, com a política tarifária, mas não acho que será um desastre.

Na indústria automotiva, Mareio de Lima Leite, presidente da Anfavea, associação que representa montadoras, afirma que há expectativa de mudança nas políticas de descarbonização do setor com Trump. Em relação a tarifas de importação para proteger a indústria americana, especialmente dos veículos elétricos chineses, as tarifas de cerca de 100% (que já vigoram) devem ser mantidas.

O pesquisador Leandro Giglio, do Insper Agro Global, lembra que Trump já produziu episódios favoráveis para o agro brasileiro. Na guerra comercial entre EUA e China, em 2018, o Brasil ganhou mercado e ultrapassou os EUA como maior fornecedor de soja para a China: - Existindo uma reação chinesa com elevação de tarifas por retaliação, como ocorreu no passado, pode ser interessante para o agro brasileiro, beneficiando o mercado de carnes, algodão e milho.

Do ponto de vista multilateral, existe o temor de retrocesso dos EUA em questões como combater o aquecimento global, a taxação dos super ricos e o combate à fome e à pobreza.

COMO UM DÓLAR MAIS ALTO AFETARIA O DIA A DIA

1 Do pão francês ao macarrão

Matérias-primas com preço internacional sujeito a oscilações do dólar, como soja, trigo e milho, afetam uma série de produtos, como pão francês, macarrão e biscoitos, entre outros.

2 Carnes também sofrem efeito

A pecuária depende de insumos que podem ser importados, como rações e fertilizantes, o que torna a carne mais cara quando o dólar sobe. E fica mais atraente exportar, o que reduz a oferta doméstica.

3 Gasolina e transporte público

A gasolina tem preço atrelado ao mercado internacional de petróleo, cotado em dólar. No transporte público, com alta nos combustíveis, as empresas podem repassar a pressão nos custos aos usuários.

4 Passagens aéreas

A passagem aérea é outro item que costuma ficar mais caro com a alta da moeda americana. O combustível de aviação é dolarizado, e o valor das passagens tende a subir nesse contexto.

5 Frete mais caro

A alta do dólar impacta o custo do frete, já que o transporte depende de combustíveis. Com isso, parte do aumento no valor do frete é repassado ao valor final de diversos produtos.

6 Eletrônicos, smartphones e medicamentos

O preço de produtos importados, ou cujos componentes são importados, pode ficar mais alto. É o

caso dos eletrodomésticos, como geladeiras, fogões e máquinas de lavar.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tarifas, "instinto sobre juros" e deportações: os EUA na "nova era Trump"

Donald Trump está retornando à Casa Branca, e a economia dos Estados Unidos está prestes a passar por uma forte mudança. Trump prometeu uma escalada de tarifas sobre todas as importações americanas e a maior deportação em massa de migrantes da História. Ele também quer ter voz na política de juros do Federal Reserve (Fed, o banco central americano). Muitos economistas acham que sua plataforma provocará mais inflação e crescimento mais lento.

Trump também disse que fará cortes radicais de impostos, mas sua capacidade de entregar o que prometeu pode depender do resultado na Câmara, que até ontem à noite permanecia indefinido. No Senado, os republicanos ganharam o controle. Um parlamento dividido exigiria que o presidente negociasse mais intensamente com o Congresso sobre política fiscal. Ainda assim, são as tarifas de Trump - que ele ameaçou impor a adversários e aliados - que podem ter o maior impacto na economia americana e global, dizem analistas.

O HOMEM DA SOBRETAXA"

O autoproclamado "homem da sobretaxa" baixou via decreto cerca de US\$ 380 bilhões em tarifas sobre importações no seu primeiro mandato. Agora ele está prometendo medidas muito mais amplas, incluindo uma taxa de 10% a 20% sobre todos os bens importados e 60% sobre produtos chineses. Trump diz que os impostos de importação podem ajudar a aumentar a receita, bem como reduzir os déficits comerciais do país e repatriar a indústria. Além disso, como Trump demonstrou na última vez em que esteve no cargo, um presidente pode decretar tarifas basicamente sozinho, via decreto.

- Ele vai correr. Acho que colocará essas políticas em prática muito rapidamente e elas terão impacto imediato -avalia Mark Zandi, economista-chefe da Moodys Analytics.

RISCO DE ESTAGFLAÇÃO

A maioria dos economistas diz que a inflação aumentará, porque os consumidores pagarão custos mais altos que serão repassados pelos importadores que pagam as tarifas. A Moodys previu que a inflação subiria para pelo menos 3% em 2025 com a vitória do

republicano. O patamar atual da inflação nos EUA é de 2,4% ao ano. Além das tarifas mais altas, a escassez de mão de obra migrante, que elevaria o custo do trabalho, alimentaria a inflação, segundo análise da Moodys.

Se os países-alvo retaliarem e uma guerra comercial ocorrer, os EUA enfrentarão "um modesto choque estagflacionário", prevê Jay Bryson, economista do Wells Fargo, se referindo a uma situação em que a economia fica estagnada, mas mesmo assim os preços aceleram. Tal cenário colocará o Fed em um dilema: aumentar as taxas de juros para combater a inflação ou cortar as taxas para evitar o risco de recessão, disse Jason Furman, antigo chefe do Conselho de Assesores Econômicos da Casa Branca no governo de Barack Obama.

- Em economia há vencedores e perdedores. Neste caso, os perdedores são os consumidores e a maioria das empresas -disse Furman.

Trump disse à Bloomberg News que deveria poder se envolver na decisão sobre as taxas de juros do Fed, "porque acho que tenho instintos muito bons". A pressão sobre o banco central americano em um segundo mandato preocupa porque a História mostra que países que permitem que os políticos dirijam a política monetária tendem a enfrentar uma inflação mais alta.

Em geral, Trump e seus apoiadores descartam as projeções pessimistas das "elites de Wall Street". Eles ressaltam que a inflação não disparou em seu primeiro mandato quando ele elevou tarifas e cortou impostos, e houve um crescimento econômico robusto até a pandemia chegar.

A Coligação para uma América Próspera, que apoia o protecionismo comercial, estimou que uma tarifa "universal" de 10%, combinada com os cortes de impostos de renda que Trump está prometendo, acrescentaria mais de US\$ 700 bilhões à produção econômica e criaria 2,8 milhões de empregos adicionais.

Michael Faulkender, economista-chefe do America First Policy Institute, formado por autoridades do primeiro governo Trump, diz que as projeções negativas dos opositores não levam em conta o

crescimento econômico que a agenda desregulamentadora do republicano e os planos para aumentar a produção de petróleo e energia gerariam.

- Haverá muita flexibilização da nossa economia, removendo custos estruturais, o que pode gerar crescimento de uma forma realmente deflacionária - disse Faulkender.

Trump prometeu tornar permanentes os cortes de **impostos** que aprovou em 2017 para famílias, pequenas empresas e propriedades de indivíduos ricos - a maioria dos quais deve expirar no final de 2025. Na Câmara, provavelmente há espaço para fechar um acordo com os democratas, que também são a favor de manter em vigor algumas das medidas.

As promessas poderiam custar mais de US\$ 10 trilhões em mais de uma década, de acordo com cálculos da Bloomberg News. Trump disse que cobriria os custos com as receitas tarifárias, mas economistas do Instituto Peterson estimam que as taxas de importação só poderiam levantar uma pequena fração dessa soma.

Muitos economistas também duvidam que a política comercial de Trump impulsionará rapidamente o emprego na indústria, um dos objetivos declarados. Anos são necessários para a construção de fábricas, e a automação significa que elas hoje em dia exigem menos trabalhadores. Um estudo do National Bureau of Economic Research concluiu que as tarifas do primeiro mandato de Trump não conseguiram aumentar os empregos em indústrias protegidas e prejudicaram empregos em outros setores que foram afetados pela guerra comercial.

-As tarifas não vão reduzir o déficit comercial, não vão restaurar empregos na indústria, mas levará vários anos para descobrir isso e muita dor no meio - disse Maurice Obstfeld, ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A ameaça de Trump de deportar milhões de migrantes sem documentos é outra fonte de alarme para muitos economistas e empresas. Isso reduziria o grupo de mão de obra disponível para empresas que têm dificuldade de contratar.

PREÇO DE DEPORTAÇÕES

Deportar os recém-chegados após 2020 reduziria o crescimento econômico em cerca de 3% até a próxima eleição em 2028, e haveria queda na demanda de uma população, afirmou Chris Collins, da Bloomberg Economics. O impacto provavelmente atingiria mais duramente setores como construção, serviços, lazer, hotéis, bares e restaurantes - e estados como Texas,

Flórida e Califórnia, onde os migrantes constituem a maior parcela da força de trabalho.

Analistas observam que as promessas de campanha muitas vezes caem no esquecimento. O impacto das políticas do segundo mandato de Trump dependerá de quais medidas ele priorizará e conseguirá executar.

"As tarifas não vão reduzir o déficit comercial, não vão restaurar empregos na indústria, mas levará vários anos para descobrir isso e muita dor no meio" Maurice Obstfeld, ex-economista-chefe do FMI

"Haverá muita flexibilização da nossa economia, removendo custos estruturais, o que pode gerar crescimento de uma forma realmente deflacionária" Michael Faulkender, economista-chefe do America First Policy Institute

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O que pode acontecer com a economia americana no novo governo Trump

Greg Ip Dow Jones

Os eleitores votaram para eleger Donald Trump nos EUA em grande parte pela insatisfação com a economia no governo de Joe Biden e pela saudade da baixa inflação e das condições anteriores à pandemia no primeiro mandato dele.

Para atender às expectativas, as principais ferramentas econômicas de Trump serão as mesmas do primeiro mandato: tarifas e reduções nos impostos. Há, porém, uma diferença. Agora, as tarifas planejadas serão mais abrangentes e mais altas, e os cortes de impostos, mais direcionados.

O consenso entre economistas e investidores é que as tarifas podem exercer pressão ascendente sobre a inflação, enquanto os cortes de impostos podem estimular o crescimento e aumentar os déficits, tendendo a elevar os juros. De fato, os rendimentos dos títulos do Tesouro de longo prazo tiveram recentes altas em função da força dos indicadores econômicos e das expectativas de uma vitória de Trump.

Ainda assim, os primeiros anos do primeiro mandato de Trump foram melhores para a economia do que muitos imaginavam na noite da eleição em 2016 e, da mesma forma, agora as expectativas também poderiam estar descalibradas. Por um lado, ele herda perspectivas relativamente favoráveis. A força do crescimento tem surpreendido e inflação caiu muito, embora os preços ainda estejam altos. Hoje, o Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) deve reduzir as taxas referenciais de juros pela segunda vez em 2024, o que deve manter mínimos os riscos de recessão.

Trump poderia não elevar as tarifas e optar por negociações em vez de uma guerra comercial. O Congresso também poderia diluir seus planos de impostos. Por fim, os presidentes raramente são o principal motor do desempenho econômico. As políticas de Trump poderiam ter menos influência sobre a economia nos próximos quatro anos do que forças maiores ou eventos inesperados, como crises, guerras ou ondas de crescimento.

Comércio exterior em I2. Sua primeira oportunidade de deixar uma marca provavelmente será nas tarifas, campo em que ele pode agir sem pedir permissão ao Congresso. Mesmo assim, procedimentos

administrativos e negociações podem atrasar a implementação. Em seu primeiro mandato, passaram-se 11 meses entre o início do processo contia a China e a imposição de tarifas.

As tarifas do primeiro mandato dele não tiveram efeito perceptível sobre a inflação porque foram relativamente modestas.

Desta vez, Trump propôs tarifas muito mais altas - pelo menos 60% sobre a China e de 10% a 20% sobre todos os outros. Essa combinação elevaria as tarifas dos EUA a seus níveis mais altos desde a década de 1930. E isso em tempos de forte demanda e de cadeias de suprimentos vulneráveis a conflitos geopolíticos, e com uma memória recente sobre a inflação.

As tarifas poderiam representar um risco maior de inflação do que no primeiro mandato. O Morgan Stanley estima que o plano Trump de tarifas de 60% e de 10% elevaria os preços ao consumidor nos EUA em 0,9%. Seria um efeito pontual e único: logo, a inflação voltaria à tendência subjacente.

Economistas do Goldman Sachs acreditam que Trump aumentaria as tarifas sobre a China em 20 pontos percentuais, e não em 60, e que não imporiam uma tarifa geral sobre outros países. Nesse cenário, eles calculam que a inflação, excluindo alimentos e fontes de energia, o índice de preços preferido do Fed, cairia dos atuais 2,7% para 2,3% em 12 meses, em vez de para 2%, seu cenário básico. Essa diferença não impediria o Fed de reduzir os juros, concluem. Uma inflação nesse nível ainda seria menor do que na maior parte dos últimos três anos.

Depois impostos. Partes da lei tributária que Trump e os republicanos do Congresso aprovaram em 2017, como as alíquotas mais baixas para pessoas físicas e jurídicas que pagam impostos nas declarações individuais, vencem no fim de 2025, e eles consideram estender o prazo. Isso teria um custo em torno de US\$ 5 trilhões ao longo de dez anos, segundo o Comitê para um Orçamento Federal Responsável (CRFB, na sigla em inglês). Esse processo deverá ocorrer durante grande parte do próximo ano.

A arrecadação gerada pelas tarifas reduziria parte desse custo, assim como cortes de gastos, embora o

republicano também planeje alguns aumentos de gastos.

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188035?page=24§ion=1>

A lei tributária de 2017 foi boa para o crescimento de longo prazo, pois simplificou o sistema de **impostos** ao reduzir as alíquotas sobre a renda, os lucros e o investimento e ao diminuir as possibilidades de isenções fiscais, segundo Kyle Pomerleau, economista do centro de estudos American Enterprise Institute. As novas propostas de Trump não terão o mesmo efeito benéfico, pois reintroduzem complexidade ao trazer novas isenções fiscais, acrescentou.

Ainda assim, as alíquotas mais baixas devem proporcionar algum estímulo. O Deutsche Bank estima que um governo republicano unificado incrementaria o crescimento em 0,5 ponto percentual em 2025 e em 0,4 ponto em 2026, se não houver aumento das tarifas.

Os cortes de **impostos** também aumentariam o déficit e exerceriam pressão ascendente sobre os juros. John Barry, estrategista de taxas no JPMorgan, estima que o cronograma atual de leilões de dívidas do Tesouro é suficiente para financiar o déficit de 2025, mas ficaria US\$ 3,3 trilhões abaixo do necessário para o período de 2026 a 2029, sem a extensão do corte de **impostos** de 2017. Se o corte de **impostos** fosse estendido e os planos de Trump implementados, o déficit seria ainda maior.

Regulamentação. Trump propôs uma regulamentação mais leve, por exemplo, para fusões e para a indústria de petróleo e gás. Essas medidas deveriam impulsionar o crescimento e a confiança das empresas e conter a **inflação**, mas economistas acham que os efeitos são difíceis de identificar na economia em geral. A produção de petróleo e os preços da gasolina nos EUA são movidos principalmente pelas cotações internacionais que sofrem forte influência de eventuais sanções, de conflitos no Oriente Médio e do crescimento da economia chinesa.

De forma similar, embora o plano de Trump de deportar imigrantes não autorizados possa, marginalmente, aumentar a pressão ascendente sobre os salários e os preços, o impacto pode não ser perceptível, dado o tamanho do mercado de trabalho dos EUA.

Ao contrário do **PIB** ou da **inflação**, esses referenciais que servem de parâmetro para a economia de Trump são difíceis de medir. Mas não são menos importantes.

(Tradução de Sabino Ahumada)

Site:

Para Gerdau, medidas de Trump podem impulsionar setor de aço

Siderurgia Kariny Leal Do Rio

A Gerdau vê com otimismo a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. A expectativa da empresa é que um novo mandato de Trump aumente a demanda por aço no país. "Isso é positivo para a companhia", disse o presidente da siderúrgica, Gustavo Werneck. O executivo acrescentou: "A Gerdau estava bem posicionada para qualquer cenário de eleição nos Estados Unidos." Na visão da siderúrgica, eventuais medidas protecionistas a serem implementadas pela gestão do republicano tendem a beneficiar companhias que produzem nos Estados Unidos, caso da Gerdau. O grupo tem 40% da produção total concentrada entre Estados Unidos, México e Canadá, países que representam metade do lucro global do conglomerado. A siderúrgica entende ainda que as promessas feitas por Trump na campanha, de favorecer o setor automobilístico e a industrialização americana, também devem favorecer empresas instaladas no país.

Werneck também afirmou que a eleição americana não muda a distribuição geográfica dos investimentos do grupo nos próximos meses. O executivo fez as afirmações em entrevista sobre os resultados da empresa no terceiro trimestre do ano.

O diretor financeiro da companhia, Rafael Japur, acrescentou que a visão da Gerdau em relação à economia americana e à futura gestão Trump pode ser diferente de outras empresas que tenham os Estados Unidos como destino de exportações.

Segundo Japur, o acordo comercial entre Estados Unidos, México e Canadá, chamado pela sigla USMCA, assinado em 2019 por Trump, deve passar por revisão em 2026 e a expectativa é que haja um endurecimento das regras sobre quais produtos poderão ser importados. O USMCA é a versão mais recente do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta, em inglês). "Dentro do acordo, tem diversas regras, como taxa de conteúdo local para produção de aço e alumínio nesses países. Essa cláusula foi uma decisão correta do governo Trump naquela época", disse o diretor. E prosseguiu: "Dentro de uma administração de Trump, que já colocou esse dispositivo lá atrás e incentivava a produção doméstica americana, tudo leva a crer que haverá mais incentivos à produção local. Isso nos favorece porque

estamos presentes nesses países".

As medidas protecionistas americanas são estimuladas pelo excesso de produtos exportados pela China, o que tem afetado a siderurgia global, segundo Werneck: "A China vai continuar produzindo mais aço do que precisa para o consumo interno e vai continuar exportando. É a única forma que o país tem de manter a economia girando e o nível de emprego." No Brasil, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) definiu cotas e elevou a 25% o imposto de importação sobre o excedente de certos produtos de aço a partir de 1 - de junho. Para Werneck, a tarifa não tem sido suficiente, uma vez que existe excedente de produto chinês no Brasil. "Vemos com espanto um grande volume de aço entrando por Manaus, sem pagar **impostos**." "Manaus tem empresas que podem importar insumos com tarifa reduzida, mas nos assustou o aumento da entrada de aço por lá nos últimos meses". Ele afirmou que empresas têm conversado com o governo via Instituto Aço Brasil. A tarifa de importação brasileira deveria subir para 35%, acrescentou.

"Gerdau estava bem posicionada para qualquer cenário de eleição nos EUA" Gustavo Werneck

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188035>

Veja propostas do novo presidente para os produtores rurais dos EUA

Patrick Cruz De São Paulo

Nos Estados Unidos, que escolheram o republicano Donald Trump para presidir o país nos próximos quatro anos, os eleitores ligados ao agro formam um público numeroso e influente. De acordo com o Censo de 2020, mais de 66 milhões de pessoas, ou quase 20% da população americana, vivem em áreas rurais do país.

Os EUA são o segundo maior produtor global de commodities agrícolas - a China é a primeira e o Brasil, o terceiro. Mas, assim como tem ocorrido com os agricultores brasileiros, os americanos têm sofrido com a queda dos preços desses produtos.

Neste ano, a margem de lucro das fazendas ("da porteira para dentro") deverá ser US\$ 40 bilhões menor do que a de 2023, diz a American Farm Bureau Federation (AFBF), entidade que representa 2 milhões de produtores de todo o país. A queda será a maior que já se registrou de um ano a outro.

A seguir, um resumo das ideias para o agro que o novo presidente dos EUA revelou à AFBF.

Comércio exterior Trump diz que pretende lutar contra barreiras "injustas" no comércio exterior. Para isso, quer editar uma lei, a "Trump Reciprocal Trade Act", que prevê "medidas de reciprocidade" para derrubar essas barreiras e priorizar os produtores americanos.

Política tributária Ele promete cortar taxas e **impostos**, o que, acredita, seria também uma forma de reduzir a **inflação**, uma das principais preocupações dos americanos.

Trabalho no campo Quer priorizar o "mérito" na relação com trabalhadores imigrantes para assegurar que estrangeiros que entrarem nos EUA de fato contribuam com a atividade econômica local.

Sustentabilidade e clima Trump promete acabar com o "Green New Deal" (conjunto de ações que propõem um modelo econômico sustentável) e "desmantelar" o que vê como a raiz dos problemas desse sistema: a neutralização de emissões de poluentes, que, segundo ele, encareceu a energia no país - e no agro em particular. "Os produtores americanos são os campeões mundiais do clima. No sequestro de

carbono, ninguém faz melhor", diz.

Reforma regulatória Promete adotar "transparência e bom senso" na revisão de exigências regulatórias. Ele diz que seus cortes de barreiras regulatórias vão representar uma economia de US\$ 5 mil ao ano para cada unidade familiar do país.

Energia O republicano diz que pretende acabar com "restrições distorcidas" nos mercados de petróleo, gás natural e carvão, mas, ao mesmo tempo, que vai estimular a geração doméstica de energia em todas as frentes. No caso do etanol, por exemplo, ele quer não só aumentara produção no país, mas também exportar o biocombustível para todo o mundo.

"Resiliência" no campo Trump promete cortar pela metade o custo da energia no país em seu primeiro ano de governo, o que reduzirá os custos de produção no campo e deverá baratear os alimentos. A política de incentivo à transição energética do atual governo encareceu os derivados do petróleo, o que inclui insumos como fertilizantes e defensivos, afirma o republicano.

Programas de política agrícola Trump quer "acabar permanentemente" com a dependência que o país tem da China em todos os produtos agrícolas essenciais e fazer melhorias em programas como os de preços mínimos, seguro de safra e cobertura de margem em laticínios.

Regulamentações estaduais O republicano diz que usará "toda a autoridade" da Constituição para tentar impedir que os Estados - e ele cita nominalmente a Califórnia, um tradicional reduto democrata-imponham barreiras a produtores de outros locais.

Gestão dos recursos hídricos Trump quer impedir a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, na sigla em inglês) de ter ingerência sobre recursos hídricos que ficam dentro de propriedades rurais.

Biotecnologia O presidente eleito diz que pretende agilizar processos de aprovação de novas tecnologias para que os fazendeiros possam ter acesso a elas mais rapidamente.

Qualidade de vida no campo Ele quer expandir a

cobertura de internet banda larga no campo e melhorar a infraestrutura e a assistência médica em áreas rurais.

Gestão de terras federais Quer dar mais autonomia para Estados, comunidades e produtores rurais administrarem terras, águas e outros recursos naturais das áreas federais que estão sob gestão de produtores privados.

"Os produtores americanos são os campeões mundiais do clima" Donald Trump

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188035>

Vitória de Trump impulsiona dólar e redefine forças nos mercados

Cristiana Euclides, Gabriel Roca, Eduardo Magossi e Victor Rezende De São Paulo

A ampla vitória de Donald Trump e do Partido Republicano nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, na véspera de decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed, banco central americano), resultou em uma forte valorização dos ativos americanos e em perdas firmes nos demais mercados na sessão de ontem.

As apostas de que o novo governo irá implementar políticas protecionistas e de redução de **impostos** nos EUA levaram o dólar a avançar sobre uma ampla cesta de moedas, ao passo que as ações em Nova York exibiram alta expressiva, registrando novas máximas de fechamento. Ao mesmo tempo, a previsão de **inflação** mais alta à frente e uma piora na trajetória da dívida americana, decorrente das promessas de campanha, provocaram disparada nos rendimentos dos títulos dos EUA (Treasuries).

Nos mercados domésticos, o real foi blindado em um ajuste relevante de posições dos investidores. Assim, o dólar caiu, mas os juros futuros subiram e o Ibovespa terminou em leve baixa.

À medida que os resultados das urnas eram revelados, os preços de mercado passavam a refletir com mais força as perspectivas de quem serão os possíveis vencedores e perdedores do novo cenário geo-político global que emerge com a vitória avassaladora de Trump.

Pelos primeiros sinais coletados nos mercados globais, os maiores beneficiados devem ser os ativos ligados aos EUA e, mais especificamente, àqueles relacionados à economia americana. Em Nova York, o S P 500 fechou em alta de 2,51%; o Dow Jones saltou 3,56%; e o Nasdaq subiu 2,93%. Os três índices registraram recordes de fechamento.

Para a estrategista-chefe global da Principal Asset Management, Seema Shah, com a vitória de Trump, as companhias domésticas e de consumo dos EUA devem se valorizar, ao passo que as empresas exportadoras ou com exposição maior da receita a países como a China - e em particular as que fabricam na China - são indiscutivelmente mais vulneráveis sob uma administração republicana.

"As empresas menos dependentes de cadeias de suprimentos estrangeiras, que possuem produção local, também devem ser relativamente beneficiadas. Assim, as "smart e as "mid caps" [compañias de pequena e média capitalização] americanas elevem captar boa parte desse fluxo de investimento e apresentar crescimento já que, comparado ao S P 500 nos últimos anos, ele foi mais tímido", diz.

Assim, em mais um sinal de que o "Trump trade" deu o tom da sessão, o principal índice de empresas de pequena e média capitalização da Bolsa de Nova York (Nyse), o Russell 2000, disparou 5,84%, em alta superior à observada nos outros índices em Wall Street.

O câmbio também refletiu fortemente a dinâmica do "Trump trade", com um salto muito expressivo do índice DXY, que mede a força do dólar contra uma cesta de outras seis moedas fortes. O indicador teve alta de 1,63% e superou os 105 pontos, no maior nível desde julho. No fim do dia, o euro cedia 1,84% contra o dólar; e a moeda americana subia 1,99% ante o iene.

O mercado de títulos, por sua vez, exibiu cautela maior. Com receios de que as políticas de Donald Trump possam dar força à **inflação** nos EUA e piorar a trajetória da dívida americana, tanto os juros curtos quanto os de longo prazo exibiram alta. A taxa da T-note de 2 anos saltou de 4,195% para 4,289%; enquanto o retorno da T-bond de 30 anos saltou de 4,436% para 4,607%.

"Alcançando 6,3% do **PIB**, o déficit orçamentário já é considerável. Com as taxas mais altas por mais tempo, os pagamentos de juros seguem elevados e a situação fiscal manterá uma tendência de piora", diz a estrategista da Principal.

Shah nota que, segundo o Congressional Budget Office (CBO), a dívida dos EUA deverá aumentar para 122% do **PIB** nos próximos dez anos. "No ano passado, os **receios** do mercado em relação ao fiscal repercutiram, fazendo as taxas dos bonds subirem, criando uma volatilidade aos ativos de risco. Essa volatilidade pode reaparecer, à medida em que mais dados sejam incluídos na conta do mercado e caso a economia desacelere", diz.

Fora dos EUA, o cenário se mostrou muito mais sombrio. Os mercados europeus foram duramente afetados pela perspectiva de uma guerra tarifária, no momento em que a região já tem presenciado algum enfraquecimento econômico, que, inclusive, tem alimentado a possibilidade de uma postura mais célere do Banco Central Europeu (BCE) para cortar os juros. Essa perspectiva se intensificou na sessão de ontem, com uma queda firme dos juros europeus de curto prazo e das bolsas, além da forte desvalorização do euro.

"O governo Trump provavelmente será um fardo para a economia europeia e para a alemã, em particular", avalia o diretor de investimentos (CIO) da gestora alemã DWS, Björn Jesch, ao apontar para a imprevisibilidade das políticas do republicano e para o que pesaria no sentimento de consumidores e investidores. "A ameaça de tarifas punitivas sobre as importações também pode criar incerteza entre as empresas. Mesmo que elas não sejam totalmente implementadas, as empresas podem adiar suas decisões de investimento." É nesse sentido que a DWS já espera um crescimento mais fraco em solo europeu, uma visão compartilhada pelo vice-presidente do BCE, Luis de Guindos, que mostrou preocupação com a perda de fôlego da atividade na zona do euro. Os juros europeus enfrentaram queda, diante da expectativa de que o BCE tenha de socorrer a economia caso as ameaças de Trump se confirmem. E, com a chance de uma economia mais fraca, as bolsas europeias, que inicialmente reagiram bem, caíram em bloco, com o índice pan-europeu Stoxx 600 em queda de 0,59%.

As moedas emergentes também perderam espaço, especialmente as de países europeus, como o florim húngaro e o zloty polonês. No caso do peso mexicano, o dólar registou ganhos de mais de 3% no início do dia, mas perdeu força na sessão, alinhado ao real.

"São os EUA contra o resto do mundo", diz a equipe de economia do J.P. Morgan, liderada por Joseph Lupton. "Embora um aumento no sentimento empresarial dos EUA e um salto nas ações possam ajudara sustentar a atividade americana, notamos que o sentimento fora dos EUA e as condições financeiras responderão negativamente a uma crescente ameaça de guerra comercial. Nesse sentido, em contraste com o "excepcionalismo" dos EUA ajudando a sustentar um fraco resto do mundo nos últimos anos, a próxima etapa desse "excepcionalismo" pode vir à custa do mundo." O principal fundo de índice de mercados emergentes, o EEM, terminou o dia em queda de 0,6%, pressionado, principalmente, pelo recuo de ações asiáticas. Em Hong Kong, o Hang Seng recuou 2,2%.

"Um governo Trump provavelmente terá um resultado líquido negativo para as ações emergentes. O potencial para uma aplicação ampla de tarifas sobre as importações dos EUA, com aumento relevante nas tarifas sobre a China. É o risco mais notável para os mercados emergentes", diz o chefe de ações emergentes da Schroders, Tom Wilson. Para ele, as políticas de Trump indicam um dólar forte, **inflação** mais alta e menos flexibilização monetária nos EUA, o que não tende a ajudar os emergentes.

"Governo Trump provavelmente será um fardo para a economia europeia e para a alemã, em particular" Björn Jesch

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188035>

Cenário do BC piora e exige aperto mais forte, se pacote fiscal não ajudar

Análise Alex Ribeiro De São Paulo

O cenário do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central sofreu uma piora substancial e exigiria uma dose ainda mais forte de juros para colocar a **inflação** na meta, se não houver a ajuda de medidas estruturais para corrigir o desequilíbrio fiscal.

As projeções de **inflação** do comitê se deterioraram desde setembro. Houve alta, de 3,5% para 3,6%, na estimativa para a **inflação** no período de 12 meses até junho de 2026, que é o chamado horizonte relevante da política monetária. A meta de **inflação** é de 3%.

Parece uma diferença pequena, mas as contas do Copom já incluem, agora, uma dose maior de juro do que em setembro.

Em sua reunião anterior, o Copom estimou a **inflação** em 3,5%, levando em conta uma taxa Selic que, na previsão dos analistas econômicos do mercado, chegaria a um pico de 11,5% ao ano - e, já em junho, começaria a cair, fechando 2025 nos mesmos 10,5% ao ano que se encontrava no início do ciclo de aperto.

Desta vez, a projeção foi feita levando em conta uma Selic que, segundo previsões do mercado financeiro, vai a um pico de 12,5% ao ano, e cai a 11,5% ao ano até o fim de 2025.

Ou seja, as projeções do Banco Central mostram que mesmo essa dose de juro mais forte prevista pelos analistas econômicos do mercado financeiro é insuficiente para colocar a **inflação** na meta. Seria preciso mais.

Quanto, exatamente? Nas condições atuais, o Copom teria que subir os juros em dois pontos percentuais acima do previsto pelo mercado. Isso porque, a cada ponto percentual de alta na Selic, a **inflação** cai um pouco menos de 0,3 ponto percentual. Ou seja, na aritmética mais fria, a taxa Selic teria que subir a 14,5% ao ano ou mais para levar a **inflação** para a meta no horizonte relevante de política monetária.

Em outros tempos, essa projeção de **inflação** deveria ser entendida como uma sinalização do Copom sobre até onde pretende subir a Selic neste ciclo de aperto monetário. Mas não dessa vez. O diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, disse e repetiu em

outubro que desaprova essa relação mecânica entre as projeções de **inflação** e o tamanho do ciclo de aperto monetário.

De fato, todo o esforço de comunicação do BC tem sido para afastar a ideia de que tenha um orçamento de alta pré-definido. Sua estratégia, em meio a um ambiente com muita incerteza, é definir a trajetória de alta da Selic ao longo do caminho, a cada reunião, na medida em que surgem novas informações.

De qualquer forma, a projeção de **inflação** não deixa de representar uma fotografia do que é, hoje, o esforço monetário necessário para controlar a **inflação**.

O que será feito de fato pelo Copom, ao longo do tempo, dependerá de muita coisa, como a evolução da atividade econômica e da **inflação** de serviços. Mas talvez o mais importante sejam o pacote fiscal que o governo promete anunciar e a política econômica do recém-eleito presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Em pronunciamento recentes, dirigentes do Banco Central destacaram a importância de medidas estruturais do lado fiscal para aliviar do lado monetário, e não apenas a administração de receitas e despesas para cumprir as metas de curto prazo.

De fato, o cenário central do Copom já contempla a redução do impulso fiscal e, mesmo assim, chega-se a uma **inflação** acima da meta no horizonte relevante de política monetária.

Talvez por isso o **comunicado** divulgado nesta quarta-feira, que sobe a Selic de 10,75% ao ano para 11,25% ao ano, acrescenta um trecho que diz que "a apresentação e execução de medidas estruturais para o orçamento fiscal" vai contribuir para "a ancoragem das expectativas de **inflação** e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros, consequentemente impactando a política monetária".

Ou seja: se vierem medidas estruturais firmes do lado fiscal, isso poderá ajudar a melhorar o cenário inflacionário e, provavelmente, a **inflação** projetada cai abaixo de 3,6% no período de 12 meses até junho de 2026 - o que exigiria um aperto monetário mais comedido pelo comitê.

O aviso vale para os dois lados: se houver uma frustração grande com o fiscal que leve a uma percepção dos mercados de que o governo abandonou o arcabouço fiscal, o dólar pode subir mais ainda, e a desancoragem das expectativas de **inflação**, agravar-se. Neste caso, provavelmente a projeção de **inflação** seria maior do que 3,6%, exigindo uma **Selic** ainda maior do que 14,5% ao ano ao fim do ciclo de aperto.

A eleição dos Estados Unidos é uma outra frente de incerteza. O **comunicado** do Copom cita indiretamente o tema, sem entrar em mais detalhes. A avaliação dos especialistas é que a eleição de Trump, caso seu governo execute as medidas protecionistas e o corte de **impostos** prometidos, vai levar a juros americanos mais altos e dólar mais forte.

E o que o **comunicado** nos diz sobre o ritmo de alta da Selic em dezembro? O parágrafo que faz a sinalização de passos futuros é idêntico ao de setembro, que então indicou de forma muito indireta a possibilidade de alta de 0,5 ponto para este mês, sem assumir compromissos.

Se não vier nada de novo na ata que sai na semana que vem, o mais provável é que o Copom siga neste mesmo ritmo. Mesmo porque todo o discurso do comitê, até agora, tem sido de que, num ambiente de incerteza, é melhor caminhar de forma mais cautelosa com a Selic.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188035>

Antídoto para inflação, juros vão a 11,25%

» ROSANA HESSEL

O Banco Central decidiu, ontem, aumentar a taxa básica da economia (Selic) em 0,50 ponto percentual, para 11,25% ao ano, em meio ao aumento das preocupações com o aumento das pressões inflacionárias, com o cenário externo mais incerto e a piora do quadro fiscal, sem uma definição do novo pacote de corte de gastos do governo. A decisão foi unânime, mas o BC não sinalizou quando pretende encerrar o ciclo de alta de juros, iniciado em setembro. Na reunião anterior, em setembro, a Selic havia subido 0,25 ponto, para 10,75% anuais, após três reuniões de estabilidade.

Após a decisão, analistas fazem novas projeções para os juros no fim desse novo ciclo de alta. Agora, a taxa de juros real (descontada a **inflação**) do Brasil passou para 8,08% ao ano, considerando a **inflação** projetada para os próximos 12 meses, conforme dados da MoneYou. O país está atrás apenas da Turquia e da Rússia, cujas taxas de juros reais anuais estão em 15,18% e 12,19%, respectivamente.

No **comunicado** em que informa o resultado da reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC fez poucas alterações em relação à nota da reunião anterior, mas piorou as perspectivas para a **inflação** futura e elevou de 4,36% para 4,60% a previsão de **inflação** deste ano - acima do teto da meta de 4,50%.

Para 2025 e para o primeiro trimestre de 2026, as projeções para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passaram de 3,7% e 3,5% para 3,9% e 3,6%, respectivamente.

O colegiado reforçou a preocupação com a questão fiscal e com o aumento das incertezas do mercado externo, que aumentam as pressões inflacionárias e fazem com que o Copom continue sem sinalizar quando pretende terminar o ciclo de aumento de juros. Segundo a nota, o mercado doméstico segue marcado pela persistência dos efeitos da incerteza sobre o cenário fiscal e a desancoragem das expectativas de **inflação**. Os dados de atividade econômica e mercado de trabalho seguem mostrando dinamismo e a **inflação** corrente, bem como seus núcleos, estão acima da meta de 3%, até o horizonte relevante, ou seja, até o primeiro trimestre de 2026. "O ritmo de ajustes futuros na taxa de juros e a magnitude total do ciclo de aperto monetário serão ditados pelo firme compromisso de convergência da **inflação** à meta e

dependerão da evolução da dinâmica da **inflação**", destacou a nota do Comitê.

O aumento do ritmo de aperto monetário era esperado pelo mercado e analistas passaram a aumentar as previsões para a taxa Selic no fim do ciclo de alta de juros. De acordo com o economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani, o piso da taxa terminal da Selic deverá ser de 12,50% ao ano. "A justificativa para esse aumento dos juros, segundo o Banco Central, tem a ver com a piora do balanço de riscos. A desancoragem das expectativas continua. A **inflação** de serviços não mostra a convergência e, o mais importante, ainda existe uma dinâmica cambial desfavorável", afirmou. Segundo Padovani, devido ao cenário global e às incertezas fiscais locais, é possível que o Banco Central continue subindo os juros em 0,50 ponto percentual nas próximas reuniões de dezembro e de janeiro, encerrando o ciclo com alta de 0,25 ponto percentual, para 12,50%. "O cenário do Banco BV, que considera alguma medida de ajuste fiscal e desaceleração econômica em 2025, trabalha com cortes de juros a partir do segundo semestre, com a taxa básica encerrando o ano em 11,50%, afirmou.

Já Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, elevou de 12% para 13,25% ao ano, devido à piora nas projeções do Copom para a **inflação**. "O **comunicado** pós-reunião manteve o conteúdo semelhante ao anterior, ressaltando os riscos para as perspectivas de **inflação** e mantendo tom duro (hawkish, no jargão econômico) em relação à política monetária adiante", destacou Megale. Segundo ele, considerando as incertezas à frente, "faz sentido manter abertas as possibilidades". Ele prevê mais quatro aumentos de 0,50 ponto percentual na Selic nas próximas reuniões do Copom.

"O **comunicado** foi duro no recado para o governo e foi duro ao mostrar que a política monetária vai ter que ser mais apertada do que está precificado no Focus. Portanto, a não ser que tenhamos um pacote de ajuste fiscal que reverta as expectativas do mercado quanto ao compromisso do governo com o equilíbrio das contas públicas, cenários em que os juros tenham que ir além dos 13% ao ano ou sejam mantidos acima de 12% ao ano por mais tempo, vão ganhar força", afirmou Luis Leal, economista-chefe da G5 Partners.

Na avaliação de Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, não havia espaço para o BC fazer outra coisa a não ser aumentar a taxa Selic no novo patamar.

"A **inflação** segue pressionada nas expectativas. Não tinha justificativa para ser diferente e o BC reforça que a mudança na trajetória na expectativa fiscal é essencial para pensar em controle maior de **inflação** e juros no futuro", afirmou. Ele estima que a taxa Selic vai encerrar o ciclo de alta de juros em 12,75% anuais.

José Francisco de Lima, economista- chefe do Banco Fator, ressaltou que, no **comunicado**, a maior preocupação continua a ser o cenário fiscal, responsável por afetar, "de forma relevante, os preços dos ativos e as expectativas dos agentes, especialmente o prêmio de risco e a taxa de câmbio".

Setor produtivo Para a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o novo aumento da taxa Selic foi "excessivo", diante do atual cenário inflacionário. "Dados recentes da **inflação** oficial do país mostram que, no acumulado em 12 meses, tanto o índice geral quanto os itens mais sensíveis à taxa de juros estão dentro do intervalo da meta para 2024", destacou a nota da entidade. De acordo com a Firjan, o atual patamar da taxa de juros é elevado e "inviabiliza uma recuperação sustentável da indústria, em especial da indústria de transformação, que há dois anos consecutivos registra queda na produção" e compromete os investimentos, "que continuam abaixo da média mundial". "As incertezas relacionadas à condução da política comercial externa a ser adotada pelo novo governo americano tornam o cenário no médio prazo ainda mais desafiador", acrescentou o **comunicado**.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também criticou a decisão do Banco Central e disse que recebeu "com indignação" o **comunicado** do Copom, que está na contramão de outros países, que estão reduzindo os juros em vez de aumentá-los.

"Além de ser equivocado, o movimento de alta foi intensificado, já que o Banco Central subiu o ritmo de aumento em 0,25 ponto percentual frente à reunião anterior", afirmou a nota da CNI.

Na avaliação da entidade, a decisão do Copom foi "extremamente conservadora", porque o nível em que a Selic se encontrava antes da reunião já era mais do que suficiente para manter a **inflação** sob controle. "É importante observar que a **inflação** tem sido impactada por fatores sobre os quais a política monetária não tem efeito. Por isso, a elevação na Selic apenas irá trazer prejuízos desnecessários à atividade econômica, com reflexos negativos em termos de criação de emprego e renda para a população", complementou.

"A elevação na Selic apenas irá trazer prejuízos

desnecessários à atividade econômica, com reflexos negativos em termos de criação de emprego e renda para a população" Confederação Nacional da Indústria (CNI), em nota

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/index.php?id=/login.php>

O que esperar do dólar, juros e investimentos?

A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos leva o mercado financeiro global a precificar juros mais altos por mais tempo, além de uma valorização do dólar em relação às demais divisas globais. Com a promessa de elevar tarifas de importações e dificultar a imigração, a expectativa é que o segundo governo do republicano aumente a **inflação** americana, o que faria com que os juros dos EUA também permanecessem em um patamar alto.

Tais fatores, combinados à expectativa de fortalecimento da economia americana e incerteza quanto ao cenário geopolítico global, tendem a fortalecer o dólar. "O efeito imediato é o dólar e os juros mais fortes, mas nas próximas semanas a questão fiscal brasileira deve voltar ao foco", afirma Marcelo Mello, CEO da SulAmérica Investimentos.

A moeda americana, que disparou para R\$ 5,861 logo após o início das negociações, virou para queda de 1,11% às 15h10 cotada a R\$ 5,682 na venda, com a expectativa pelo corte de gastos que está para ser anunciado pelo governo Lula. A divisa fechou em baixa de 1,26%, cotada a R\$ 5,6759.

Nas últimas semanas, o câmbio ficou estressado com a possibilidade de vitória de Trump, o que levou o dólar a se aproximar de R\$ 5,87.

Dada a antecipação na precificação do resultado das eleições, analistas não esperam uma nova disparada do dólar ante o real.

"Com maior clareza em relação ao pacote fiscal do Brasil e sobre as políticas que Trump vai adotar, podemos ver uma redução da volatilidade e um menor estresse sobre a taxa de câmbio até o final do ano", afirma Gustavo Sung, economista-chefe da Suno Research.

No momento, o mercado financeiro já aposta em um ciclo de queda de juros menor nos EUA, com a taxa indo dos atuais 5% para 4%, ante expectativa de 3,75% há uma semana.

"Juros mais altos nos EUA são ruins porque pressionam o câmbio brasileiro e, por sua vez, também os juros futuros brasileiros.

Aliado a isso, a **inflação** segue pressionada aqui, com

o mercado de trabalho aquecido e salários mais altos no Brasil", afirma Rafael Haddad, planejador financeiro do C6 Bank.

Com o cenário mais favorável para investimentos nos EUA, dado a moeda forte, juros maiores e isenção a empresas locais, o aporte em emergentes tende a ser preterido. Dessa forma, para capturar recursos estrangeiros, o governo brasileiro deve reduzir a percepção de risco quanto ao país, reduzindo a trajetória de endividamento do Brasil.

"Principalmente agora, com a definição das eleições nos EUA, é preciso um pacote de medidas que vá desindexar alguns benefícios sociais e que comece a tratar de uma nova reforma na Previdência", diz Mello.

Hoje, a dívida pública beira os 80% do **PIB** (Produto Interno Bruto) e a expectativa é que vá a 88% do **PIB** ao fim de 2026. Se essa previsão for revisada para baixo, o Brasil poderia ver uma entrada de capital estrangeiro, e conseqüentemente, de dólares, no país. "Se o governo soltar medidas mais imediatistas, que resolvem 2024, o mercado não reagirá bem", afirma Mello.

Porém, com juros maiores nos EUA, o Brasil pode ter que subir a Selic (taxa básica de juros da economia) para financiar a dívida pública, tornando-a mais rentável que os títulos americanos. "O trabalho do Banco Central brasileiro fica bem mais difícil.

O mercado precifica a Selic acima de 13% no ano que vem", afirma Gustavo Pi Okuyama, gestor de renda fixa da Porto Asset.

Aplicações Juros mais altos no Brasil beneficiam a renda fixa, especialmente a pós-fixada, que acompanha a trajetória da Selic. Ian Lima, diretor de renda fixa ativa da Inter Asset, recomenda o Tesouro Selic para investimentos com objetivo de curto prazo e o Tesouro IPCA+ (NTN-B) em prazos mais longos.

"Apesar do juro real de quase 7% nos prazos mais curtos da NTN-B, o BC deixa a entender que irá perseguir um juro real acima de 7%, o que deixa os investimentos ligados ao CDI preferíveis no curto prazo", diz Lima.

Segundo o gestor, os títulos IPCA+ com vencimento

para 2045, que têm juros anuais de 6,65%, praticamente dobram o valor investido, em termos reais, a cada dez anos. Ou seja, o montante original estará mais de quatro vezes maior no vencimento, já considerando a **inflação**.

Nessa quarta, o Tesouro IPCA+ com vencimento em 2029 oferecia um retorno de IPCA + 6,83%, enquanto o de 2035 rende IPCA + 6,63%.

Para Mauro Orefice, gestor da B.Side Wealth Management, o pacote de corte de gastos do governo brasileiro deve mexer mais com os investimentos de renda fixa do que a vitória de Trump. "Se vier um bom pacote crível e o mercado comprar, temos muito espaço para a nossa curva prefixada de juros diminuir os patamares de prêmio", diz Orefice. Caso os juros futuros caiam, ativos de renda fixa contratados após essa queda tendem a remunerar menos o investidor.

Após o pico da última sexta (1º), os juros futuros brasileiros já arrefeceram.

O IPCA+ para 2029, que chegou a 7% na data, agora paga 6,83% ao ano para contratações feitas nesta quarta (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18231>

Transparência não foi questão decisiva em projeto de emendas

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA / ANDRÉ SHALDERS

O projeto das emendas parlamentares aprovado pela Câmara na noite de anteontem não cumpre os requisitos de transparência exigidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e garante R\$ 50,5 bilhões em recursos nas mãos dos parlamentares no Orçamento de 2025, deixando para o governo Lula e para a cúpula do Congresso o poder de barganhar apoio político com dinheiro público.

Em primeiro lugar, a transparência não foi uma questão decisiva entre as cabeças do governo e do Legislativo. O ponto determinante foi a definição do valor e de quem comanda o dinheiro. O apoio à candidatura do deputado e líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), para a presidência da Câmara destravou a votação da proposta.

O projeto garante crescimento real de 2,5% ao ano, acima da **inflação**, para as emendas parlamentares impositivas (individuais e de bancada), e R\$ 11,5 bilhões para as emendas de comissão - herdeiras do orçamento secreto - com correção pela **inflação**. Fora os gastos obrigatórios e carimbados, nenhuma outra despesa da máquina pública tem essas garantias e está congelada atualmente.

Ou seja, as emendas vão consumir cada vez mais espaço de outros gastos. O que se fará para garantir a manutenção das universidades? E dos postos de saúde? E quando o governo quiser dar reajuste para servidores?

Se não for da escolha dos congressistas, áreas essenciais ficarão sem dinheiro.

ESSÊNCIA MANTIDA. No caso da "emenda Pix", há um avanço aparente, que é exigir do parlamentar e da prefeitura ou do Estado que recebe o recurso dizer o que será feito com o dinheiro, mas a essência mantida neutraliza a mudança e impede a transparência. A verba continua caindo de forma antecipada sem qualquer apresentação e análise de projeto, ignorando uma exigência do STF e driblando o planejamento e a lei em ano de eleições.

O texto não exige a prestação de contas da emenda Pix depois que o recurso é gasto, o que também era uma determinação da Corte e do Tribunal de Contas

da União (TCU), até agora não cumprida. Continua dispensando a necessidade de convênio, principal mecanismo de transparência e fiscalização e, ao mesmo tempo, maior pesadelo dos administradores por causa da burocracia.

Além disso, ficou de fora a proibição de o parlamentar mandar dinheiro para outro Estado que não o seu de origem.

O texto original da proposta já havia sido bombardeado no início da semana pelas organizações Transparência Brasil, Transparência Internacional Brasil e Associação Contas Abertas, que viram nele a possibilidade de "agravar riscos de corrupção".

No projeto aprovado, as emendas de comissão, herdeiras do orçamento secreto, prática revelada pelo Estadão, serão colocadas de vez na legislação orçamentária sem a obrigação de mostrar o nome dos padrinhos e parlamentares que são beneficiados, descumprindo as determinações do STF em mais um ponto.

Para 2025, o governo reservou recurso apenas para as emendas impositivas (individuais e de bancada). Agora, o Congresso garantiu mais R\$ 11,5 bilhões para as emendas de comissão e terá de tirar o dinheiro de algum lugar, sacrificando despesas de manutenção da máquina e investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

BARGANHA. O valor é menor que o deste ano (R\$ 15,5 bilhões), mas permite aos presidentes da Câmara e do Senado controlar a distribuição com os líderes partidários. Como não é impositivo, está mantido o instrumento de barganha do governo. O baixo clero ensaiou uma revolta nos bastidores, mas vai continuar sendo baixo clero. Vale dizer que as regras existentes já exigem transparência para o setor público - falta cumprir.

As comissões deveriam discutir e deliberar sobre o orçamento total de cada área, mas vão se consolidar como o locus de balcão e divisão de um naco de dinheiro público entre parlamentares. Nas emendas de bancada, unidades federativas menores, com oito parlamentares, como Amapá e Distrito Federal, continuarão com a possibilidade de dividir os recursos individualmente, pois a exigência de projetos e ações

estruturantes é seguida de uma série de exceções que abrangem o que é feito hoje.

SUPREMO. O Congresso rejeitou a medida que permitiria ao governo cortar emendas para cumprir o arcabouço fiscal.

Por outro lado, o governo conseguiu retirar do texto o calendário de pagamento de recursos indicados por parlamentares.

Com cada um recuando no que foi possível, ficou mais fácil. Resta saber se o Supremo vai "engolir" o projeto, ignorar as determinações que fez para as emendas parlamentares e destravar o pagamento dos recursos em nome do acordo feito entre os Poderes.

**

Entidades dizem que proposta aprovada não foi debatida / ANDRÉ SHALDERS

Entidades que trabalham pela transparência de informações públicas criticaram o projeto para regulamentar as emendas parlamentares aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados na noite de anteontem. Para as organizações, o texto não resolve os problemas atuais de transparência e de equidade na distribuição dos recursos, que somam R\$ 49,1 bilhões este ano.

O projeto original é do deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), e a versão aprovada foi alterada pelo deputado Elmar Nascimento (PSD-BA). Criticaram o texto as organizações Transparência Internacional, Contas Abertas, Transparência Brasil e Instituto Não Aceito Corrupção (Inac).

Rubens Pereira Júnior afirmou que as críticas não têm fundamento, e que a proposta traz medidas robustas para garantir a transparência e a rastreabilidade.

"É um texto que não atende efetivamente às exigências do STF, nem atende às preocupações de fundo que temos com relação à falta de transparência e aos riscos de corrupção com as emendas parlamentares", disse o advogado e pesquisador Guilherme France, que é gerente de pesquisa e advocacy da Transparência Internacional Brasil. "Depois de mais de dois meses de negociações internas sobre o texto da regulamentação das emendas parlamentares, é de surpreender que os parlamentares, em poucas horas, atribuíram regime de urgência ao projeto e o aprovaram sem qualquer debate aberto ou com a sociedade."

**

REPASSES

330 foi o número de votos a favor do projeto de lei com novas regras para o uso de emendas parlamentares

R\$ 11,5 bi é o valor previsto para as emendas de comissão, herdeiras do orçamento secreto, com correção pela **inflação**

R\$ 50,5 bi é o valor que ficará nas mãos dos parlamentares no Orçamento do ano que vem, conforme o projeto aprovado na Câmara

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com alta dos juros, especialistas reforçam aposta na renda fixa

JENNE ANDRADE E-INVESTIDOR

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu ontem subir a Selic em 0,5 ponto percentual, para 11,25% ao ano. De acordo com o Boletim Focus desta semana, a Selic deve fechar dezembro em 11,75% ano - ou seja, com outra alta de 0,5 ponto.

Esse cenário representa uma grande virada em relação à conjuntura que se esperava em janeiro. No início de 2024, a expectativa era de que os juros seguissem em trajetória de queda e chegassem ao patamar de 9% até o final do ano.

Hoje, o consenso se inverteu e aponta para uma Selic de 11,5% no final do ano que vem, com cortes mais relevantes somente a partir de 2026. Esse cenário reforça, segundo analistas, que a melhor opção aos investidores deve ser a renda fixa.

Simone Albertoni, especialista da Ágora Investimentos, lembra que o mercado havia precificado antecipadamente essa nova alta dos juros. Por isso, os prêmios dos títulos de renda fixa já haviam incorporado a elevação nas taxas. Para a analista, as maiores oportunidades estão nos papéis pós-fixados e nos IPCA+ - títulos que acompanham a variação dos juros e têm liquidez diária, como o Tesouro Selic, e aqueles que pagam a variação da **inflação** mais um rendimento real, como o Tesouro IPCA+.

OSCILAÇÕES. "Muitos títulos de renda fixa tiveram suas taxas aumentadas, com oportunidades de investimentos interessantes nos atuais níveis de preços", diz Simone. Entretanto, o investidor deve ficar atento aos vencimentos devido à marcação a mercado. Com exceção dos pós-fixados, as demais categorias de títulos de renda fixa (prefixados e IPCA+) sofrem com a volatilidade.

Os preços desses papéis variam diariamente conforme as expectativas econômicas. Em termos gerais, quando os juros sobem, esses ativos se desvalorizam na carteira, de forma que a venda antes do vencimento pode fazer o investidor perder dinheiro. Já quando os juros caem, os cupons (preços dos papéis) se valorizam. Para fugir dessa oscilação, é preciso deixar o capital até o vencimento do título. Assim, o investidor terá exatamente a rentabilidade contratada

na compra.

"Uma exposição maior em renda fixa pode ser recomendada em momentos de Selic elevada, pois garante segurança e retornos consistentes.

No entanto, o perfil do investidor é fundamental: quem busca longo prazo e tolera oscilações pode manter uma parcela de diversificação em ativos de risco", afirma Elaine Domenico, especialista em investimentos e sócia da The Hill Capital.

Para Rodrigo Cohen, analista de investimentos, a renda fixa é mais vantajosa hoje. "Gosto muito do Tesouro Selic e do Tesouro IPCA+, que está pagando uma taxa bem alta, quase 7%, com juros subindo. A gente tem o preço do Tesouro cada vez mais baixo porque as taxas vão aumentando", diz o analista. "Se você entra agora, é ruim para o curto prazo, mas é bom para o longo prazo." PREFIXADOS. Já os títulos prefixados seriam mais arriscados nesse momento. "Não sabemos até onde os juros podem ser elevados. O mercado fala de taxas acima de 12% para o ano que vem", observa Cohen.

Segundo levantamento feito por Rafael Haddad, planejador financeiro do C6 Bank, o conservador Tesouro Selic, papel mais seguro do mercado, deve apresentar uma rentabilidade bruta de 12,98% em 12 meses.

Considerando o desconto do Imposto de Renda (IR), o retorno líquido deve ficar em 10,5% ao ano. Descontando a **inflação**, o ganho real ainda é bastante positivo, de 6,17%.

Entre os instrumentos de renda fixa avaliados, porém, o maior rendimento ficou com os ativos incentivados, que têm isenção do IR, como as Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio (LCIs e LCAs) e debêntures. Entretanto, a liquidez desses papéis costuma ser menor, o que significa que o investidor pode não conseguir resgatar o dinheiro a qualquer tempo. Os cálculos foram feitos com base nas projeções para os juros futuros expressas nos contratos de DI. Também foram aplicadas ao cálculo as expectativas **inflação** do último Boletim Focus, de 4,08% para os próximos 12 meses.

"Gosto muito do Tesouro Selic e do Tesouro IPCA+,"

que está pagando uma taxa bem alta, quase 7%, com juros subindo. A gente tem o preço do Tesouro cada vez mais baixo porque as taxas vão aumentando"

Rodrigo Cohen Analista de investimentos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"O Banco Central está restrito em suas ações"

LUIZ GUILHERME GERBELLI

ENTREVISTA - José Júlio Senna, É chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV-Ibre. Já foi diretor do BC e passou ainda por instituições como o Banco Boavista

Chefe do Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre), José Júlio Senna diz que o Banco Central está "restrito em suas ações" na condução da política monetária diante da situação das contas públicas no Brasil.

Com a expansão fiscal em curso na economia brasileira, ele diz que é difícil saber qual o patamar necessário para a taxa básica de juros levar a inflação à meta. "Podem se fazer exercícios, simulações, mas já existem sérias dificuldades para estimar a Selic que produziria a convergência (à meta)", disse ele, ao Estadão.

Em sua avaliação, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC deve repetir a decisão de ontem e promover mais três altas de 0,5 ponto percentual da Selic. A seguir, os principais trechos da entrevista: Daqui em diante, quais os próximos passos do Copom?

Eu acho que teremos mais aumentos de 0,50 ponto percentual, perfazendo, talvez, um total de quatro ajustes de 0,50. Em dezembro, é natural repetir o 0,50 ponto. É pouco provável que, independentemente do que venha a ser anunciado no campo fiscal, o quadro mude substancialmente até o final do ano. E aí entramos em outra questão. No começo de 2025, tem um novo presidente (do BC). E é da tradição que os comandantes de autoridade monetária precisem dar sinais fortes logo na largada para, digamos assim, adquirir credibilidade e gerar confiança. Então, ele (Gabriel Galípolo) não vai querer destoar, e vai fazer 0,50 (em janeiro).

E eu acho que, até março, ele fará de novo. Agora, o que a gente não sabe e não consegue saber é até onde levar a Selic.

Como assim?

Eu faço uma divisão. Primeiro, envolvendo a

estimativa da Selic que seria capaz de promover a convergência da inflação para a meta. A segunda dificuldade é de natureza mais política.

Qual é a encrenca? O enorme peso que o fiscal tem tido no comportamento da economia brasileira nos mais variados campos. Na minha opinião, não é exagero dizer que os Três Poderes da República interferem nas contas públicas...

Na verdade, a dificuldade não é propriamente prever a atividade econômica, a dificuldade é prever o fiscal.

Há um cenário de dominância fiscal no País?

Acho que estamos longe da situação de dominância fiscal. Estamos bem distantes, e eu entendo que o quadro é reversível. Se toda essa discussão do pacote fiscal que está sendo debatida nesses dias, se vier um negócio robusto e tiver sequência e credibilidade, pode-se reverter toda essa situação. Mas, no momento, uma coisa é certa: o Banco Central está restrito em suas ações, de algum modo. Podem se fazer exercícios, simulações, mas já existem sérias dificuldades para estimar a Selic que produziria a convergência (à meta), até onde o BC quer chegar e, principalmente, praticar o juro alto que sairia desse exercício.

E como fica todo esse quadro com a eleição de Donald Trump nos EUA?

É fundamental corrigir essa situação logo, para que o Banco Central possa recuperar seu grau de liberdade e seja possível controlar a inflação com juros não tão altos. O fiscal é indispensável para isso.

E, agora, a vitória do Trump torna a virada do campo fiscal ainda mais urgente, porque, entre outras coisas, a política econômica anunciada por ele leva a um dólar mais forte como já temos visto nos últimos tempos. Períodos de dólar forte são sempre ruins para economias emergentes, especialmente para o Brasil.

"Não é exagero dizer que os Três Poderes da República interferem nas contas públicas..."

Na verdade, a dificuldade não é propriamente prever a atividade econômica (o PIB), a dificuldade é prever o fiscal"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PL de emendas aprovado pela Câmara engessa Planalto e blinda recurso

CAMILA TURTELLI, JENIFFER GULARTE E VICTORIA ABEL política@oglobo.com.br BRASÍLIA

Elaborado após cobrança do Supremo Tribunal Federal (STF) por mais transparência, o projeto aprovado pela Câmara, na terça-feira, que altera regras das emendas parlamentares inclui novas amarras para garantir que as indicações de deputados e senadores sejam efetivamente pagas pelo governo. Especialistas em contas públicas apontam ao menos três pontos que vão "engessar" ainda mais o controle do Orçamento pelo Palácio do Planalto. Com isso, a equipe de articulação política de Luiz Inácio Lula da Silva negocia alterações do texto.

A proposta, por exemplo, impede que o governo bloqueie os recursos indicados pelo Congresso num patamar superior a das demais despesas não obrigatórias. Ou seja, se houver necessidade de uma contenção de gastos e a equipe econômica estabelecer um corte de 10% em recursos do Ministério da Saúde, a tesourada nas emendas de comissão - indicadas em conjunto pelos colegiados da Câmara e do Senado -, também só poderá ser de 10%. As outras modalidades de emendas, de bancada e individual, têm o pagamento obrigatório e já não podem ser bloqueadas.

Para especialistas, essa mudança, na prática, torna as emendas de comissão impositivas também. Em julho, por exemplo, o governo anunciou um congelamento de mais de R\$ 1 bilhão das emendas de comissão, o que representava cerca de um quarto do valor previsto neste ano. Com essa nova regra, isso não seria possível.

-Atualmente, não há regra para o montante dessas emendas, nem proteção contra cortes. Ambas as ausências seriam suprimidas pela proposta, introduzindo impositividade, mesmo sem que se preveja isso na Constituição Federal -afirmou Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

NEGOCIAÇÃO NO SENADO

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), disse que a base governista tentará mudar esse trecho. No texto aprovado, foi suprimido o termo "bloqueio" das emendas, mas foi mantido o termo "contingenciamento", uma

possibilidade de corte mais difícil de acontecer e que depende da queda na arrecadação.

- O governo preferiria que ficasse o termo bloqueio. Para o governo, é adequado que as emendas parlamentares possam ser bloqueadas como qualquer outro recurso orçamentário é passível de ser bloqueado. Essa alteração vamos dialogar no Senado para ver se é possível -disse Randolfe.

Outro ponto apontado por Felipe Salto que, na prática, "engessa" o governo é o que define uma regra de reajuste para as emendas de comissão. Segundo o economista, caso ganhe o aval do Senado, a proposta dificultará ainda mais o ajuste fiscal em discussão pela equipe econômica de Lula ao perpetuar os valores atuais, que representam um recorde histórico.

De acordo com o texto, para o exercício de 2025, o limite será atrelado à receita corrente líquida no caso das individuais e de bancada -, mais R\$ 11,5 bilhões para emendas de comissão. Para 2026, a correção deverá seguir a regra do arcabouço fiscal, que é a **inflação** mais uma variação que pode chegar a 2,5%.

-Apesar de correção apenas pela **inflação**, sem crescimento real, a fórmula também "cristalizaria" elevado patamar para as emendas de comissão por muitos anos -disse Salto.

Hoje, o Congresso tem R\$ 49,2 bilhões do Orçamento da União para ser distribuído a critério de deputados e senadores, dividido em três modalidades principais: individual, de comissão e de bancada estadual.

A versão final do texto, apresentada pelo deputado Elmar Nascimento (União-BA) pouco antes da votação, na noite de terça-feira, também incluiu vedações para que o governo deixe de pagar emendas sob o argumento de "impedimentos técnicos". Segundo a redação do projeto, para fazer isso, o governo precisará utilizar os mesmos critérios adotados para liberar recursos dos próprios ministérios. Entre os itens considerados impedimentos técnicos estão, por exemplo, a falta de licença ambiental ou de projeto de engenharia de uma obra. Nestes casos, a proposta prevê que o recurso deverá ser empenhado mesmo sem essas etapas, que poderão ser cumpridas depois.

O argumento de parlamentares é evitar que os impedimentos técnicos sejam usados pelo governo para barganhar a execução do recurso, criando dificuldades para enviar o dinheiro a prefeituras, por exemplo.

- Penso que o texto não engessa o governo, só protege as emendas -afirmou o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), autor do projeto e vice-líder do governo na Câmara.

O governo vê necessidade de avançar em relação às regras das emendas Pix, incluindo a obrigação da apresentação de um plano de trabalho para que o recurso seja liberado. No que diz respeito às emendas de comissão, o Planalto ainda quer tentar vinculá-las a projetos estruturantes do governo federal.

Entidades criticam ainda outros aspectos do projeto que, na visão delas, não atende os critérios de transparência definidos no acordo com o STF.

Em nota conjunta, a Transparência Internacional - Brasil e a Associação Contas Abertas reclamam que o texto aprovado "contém falhas e omissões graves". Um dos pontos criticados pelas entidades é que a indicação dos beneficiários das emendas coletivas (bancada e comissão) segue podendo ocorrer após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Pelo texto aprovado, caberá aos líderes de cada partido fazer as indicações das emendas de comissão em até 15 dias após a publicação da LOA. A crítica é que, a exemplo do que ocorria no orçamento secreto, o real padrinho do recurso continuará desconhecido.

AMARRAS APONTADAS POR ESPECIALISTAS

Trava para bloqueios

A proposta aprovada na Câmara impede que o governo contingencie os recursos indicados pelo Congresso num patamar superior a das demais despesas não obrigatórias. Para especialistas. Essa mudança, na prática, torna as emendas de comissão impositivas.

Limite alto

A proposta dificultaria o ajuste fiscal ao manter os valores atuais das emendas de comissão - um recorde histórico. Para o exercício de 2025. O limite será atrelado à receita corrente líquida no caso das individuais e de bancada -, mais R\$ 11,5 bilhões para emendas de comissão.

Impedimentos técnicos

O texto tem vedações para que o governo deixe de pagar emendas sob o argumento de "impedimentos técnicos", como falta de licença ambiental. O Executivo precisará usar os mesmos critérios adotados para liberar recursos dos próprios ministérios.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Por meta de inflação, selic deveria ir a 15% "

THAÍS BARCELLOS

ENTREVISTA: Fabio Kanczuk, HEAD DE MACROECONOMIA DO ASA

Ex-diretor do Banco Central (entre 2019 e 2021) Fabio Kanczuk, head de macroeconomia do ASA, instituição financeira, avalia que seria necessário a Selic ir para 15% ao ano para atingir a meta de inflação de 3%. Mas os juros devem parar em 12,5% em março do ano que vem, calcula, por pressão política.

O que achou da decisão?

Foi super sucinto, foi o esperado. A projeção de inflação no horizonte relevante, o segundo trimestre de 2026, foi para 3,6%. Para fazer o 3,6% virar 3% (meta), em vez de a Selic ir até 12,5%, como o Boletim Focus prevê, teria que ir até 15%, o que é bastante. Então seria natural a gente se perguntar se o BC não vai acelerar o passo.

O senhor acha que vai acelerar?

A projeção é consistente com isso. Por outro lado, a linguagem do comunicado não tem nada sugerindo isso. Eu presto atenção no número ou na linguagem? O próprio Copom tem dito que é para prestar mais atenção na linguagem.

A Selic sobe até que nível?

A projeção é que a Selic sobe até a 12,5%, não porque é suficiente, mas porque o presidente Lula vai fazer pressão política e fazer o Copom parar em 12,5%. Nossa projeção de 12,5% é baseada em política e não em economia.

O BC deu mais ênfase à necessidade de medidas fiscais estruturais. Qual é a intenção?

O BC tenta se comunicar tanto com a sociedade quanto com o governo que esse é um assunto primordial para a elevação de juros não ser tão grande. O mercado já está cansado de saber. E uma comunicação mais para o mercado e a sociedade.

Se o pacote de medidas decepcionar, o BC pode acelerar o ritmo de alta?

O BC também avaliou a conjuntura econômica nos EUA como incerta no mesmo dia em que foi declarada a vitória de Donald Trump. O resultado da eleição pode

ter influenciado essa avaliação? A impressão que tive é que o Copom decidiu esperar um pouco para falar dos efeitos da eleição, apesar de já saber do resultado, para falar na ata (que será divulgada na próxima terça-feira). O BC se deu o benefício de poder esperar mais uns dias. O sinal mais claro é que o Trump vai colocar tarifas pelo mundo afora, com isso as moedas vão se depreciar e o real também. Isso causa inflação aqui.

Mas a reação do mercado não foi a esperada...

A surpresa do dia de hoje (ontem) é que o real teve o melhor desempenho entre as moedas emergentes. Mas mesmo as moedas do México e da Colômbia começaram apanhando um pouco e no fim do dia se fortaleceram frente ao dólar. O que não era de jeito nenhum o que se esperava. O euro apanhou, mas os emergentes não. Por isso, acho que o Banco Central está olhando para ver direito qual é a reação do mercado ao Trump. O principal canal de transmissão do Trump para o BC é via câmbio. A gente esperava que fosse apanhar e não apanhou, ao menos no primeiro dia. O BC, quando estava finalizando o Copom, se surpreendeu com o desempenho do real. Não tenho a menor dúvida. E resolveram ser mais sucintos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mercado já espera Selic em torno de 13%

Arthur Cagliari e Gabriel Caldeira De São Paulo

A percepção dos participantes do mercado de que o governo precisará adotar medidas mais estruturais na seara fiscal foi reforçada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central na decisão de juros de ontem, conforme avaliaram economistas ouvidos pelo Valor. Em um ambiente que contempla ainda uma nova revisão de alta nas projeções de **inflação** do colegiado, a percepção geral é que o BC terá de ser ainda mais duro no aperto, o que já provocou a revisão das projeções para Selic no fim do ciclo de algumas casas para níveis ao redor de 13%.

Na avaliação de economistas, ao mencionar a necessidade de o governo apresentar e executar "medidas estruturais", a autoridade monetária teria reforçado o apelo dos investidores para que a proposta de redução de gastos que tem sido elaborada pelo governo tenha efeito não só no curto prazo.

"O BC fez questão de incluir o termo "estrutural" na história. Porque é relevante? Porque nas últimas semanas muitos investidores têm a percepção de que podem vir pelo lado fiscal propostas que estão mais na linha de tentar apenas navegar os próximos dois anos [do mandato de Lula], sem algo que tente conter os gastos públicos em prazo longo", diz o economista-chefe da Oriz Partners, Marcos Bredda de Marchi.

Ele aponta inclusive que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem citado mais a questão fiscal em suas participações em eventos, algo que não fazia anteriormente. "Parece que ele está mais livre para falar sobre o tema e também parece que não houve barreira nessa linha de pensamento, nem mesmo do [diretor de política monetária e futuro presidente do BC, Gabriel] Galípolo, que tem participado de reuniões com o próprio governo." Também em relação à seara fiscal, o economista-chefe da JGP, Fernando Rocha, avalia que a redução temporária dos gastos públicos não será suficiente para ajudar na reconstrução das expectativas de **inflação**. "Tem de ser uma mudança para frente", enfatiza o economista, que se diz mais otimista que boa parte do mercado em relação ao pacote de ajuste fiscal que deve ser anunciado.

"Pelo menos o Ministério da Fazenda compreendeu que é essencial vir com algo relevante. Não só no tamanho [do pacote], mas por mudanças de regras estruturais", completa Rocha.

O sócio-diretor da MAGInvestimentos, Cláudio Pires, diz que, para atingir as metas de **inflação**, será preciso que política fiscal e monetária caminhem em sintonia. "Não adianta uma política monetária ultracontracionista com uma fiscal ultraexpansionista, pois a meta não será alcançada e provocaremos desequilíbrios macroeconômicos relevantes", ressalta.

A avaliação da economista e coordenadora de pesquisa da Buysidebrazil, Mirella Hirakawa, é semelhante. Para ela, a comunicação do BC vai em linha com "a observação histórica de que as taxas brasileiras em patamares mais baixos estão correlacionadas com a política fiscal indo na direção correta", e não em direção oposta à da política monetária.

Em se tratando do total previsto de altas de juros, Hirakawa diz acreditar que o descolamento cada vez maior da projeção de **inflação** do BC é um sinal de que o ciclo de aperto monetário do Copom deve ser ainda mais duro do que o indicado pelos economistas no relatório Focus. Hoje, o consenso dos economistas de mercado aponta para uma Selic que subiria a 12,5% em meados do próximo ano e que chega ao fim de 2025 em 11,5%. Para a economista da Buysidebrazil, o colegiado deve aumentar a taxa básica de juros para 13% e mantê-la nesse patamar até o final do ano que vem.

Ainda ontem, diversas instituições financeiras fizeram revisões de suas projeções para a Selic no fim do ciclo de alta de juros. O americano J.P. Morgan elevou a estimativa da Selic de 12% para 13%, enquanto o inglês Barclays alterou sua previsão de 12% para 12,75%. No Brasil, a XP revelou ter subido sua projeção de 12% para 13,25%.

Há, porém, quem espere pela divulgação das medidas de cortes de gastos do governo para alterar as projeções da Selic. É o caso do economista-chefe da Brasilprev, Robson Pereira. O executivo diz que, embora o **comunicado** tenha trazido um tom neutro em relação a um "forward guidance" (prescrição futura) da autoridade monetária, a elevação das projeções de **inflação**, que se distanciaram ainda mais da meta de 3%, colocaram um viés conservador no tom da mensagem. "E isso [essa mensagem conservadora] se passa por uma Selic elevada, seja a um nível mais alto do que o esperado pelo mercado, seja por um taxa parada em níveis elevados por mais tempo, ou uma combinação dos dois cenários." Pereira afirma que não é possível cravar a reação dos mercados nesta

quinta-feira, se já irá projetar juros mais elevados nos mercados futuros, porque há fatores importantes a serem determinados. "Não depende só desse **comunicado** mais aberto, mas de um cenário global, com decisões do Federal Reserve (Fed), e também com medidas sobre os cortes de gastos", afirma. "Agora é esperar a ata e as aparições públicas dos dirigentes para ver se a aceleração de ritmo é factível."

"História mostra que juros mais baixos têm relação com política fiscal na direção certa" Mirella Hirakawa

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188035>

"Frustração com fiscal pode levar à aceleração no ritmo"

Gabriel Roca De São Paulo

Ao não se comprometer com a manutenção do ritmo de aperto de juros em 0,5 ponto nas próximas decisões, o Copom emitiu uma mensagem mais conservadora e deixou a porta aberta para uma aceleração na velocidade do aperto monetário. No entanto, para a economista-chefe para América Latina do BNP Paribas e ex-diretora de assuntos internacionais do Banco Central, Fernanda Guardado, a bana para que uma aceleração aconteça é elevada no momento e só deve se materializar caso ocorra uma frustração com as medidas fiscais que devem ser apresentadas pelo governo nos próximos dias.

Valor: Quais foram as impressões gerais do **comunicado**?

Fernanda Guardado: Foi um **comunicado** feito para ser um "não-evento". O Copom entregou o que se esperava, uma aceleração no ritmo para 0,5 ponto, e mudou pouco o **comunicado**. Mas, ao optar por não alterar o conteúdo do último parágrafo, deu uma mensagem um pouco mais "hawkish": a de que ele não se compromete ou não antevê que irá manter o ritmo de 0,5 ponto de aumento, o que obviamente deixa a porta aberta para uma aceleração adicional.

Valor: O que seria necessário para que isso aconteça?

Guardado: A barra é um pouco alta e estaria bastante relacionada a uma frustração ou uma deterioração adicional relacionada às expectativas dos agentes em relação à política fiscal no Brasil.

Valor: As projeções de **inflação** do Copom no horizonte relevante subiram, mesmo com uma Selic mais alta no Focus. Como avalia?

Guardado: O BC tinha uma projeção de 3,5% no Relatório de **Inflação** (RI). O que aconteceu de setembro para cá? O BC incorporou no seu cenário de referência novos aumentos de juros, que é o que está no Focus agora, com a Selic subindo a 12,5%. Mesmo assim, a projeção no horizonte relevante saiu de 3,5% para 3,6%. Isso significa que, na visão do Copom, essa alta na Selic não é suficiente para trazer a **inflação** para 3%.

Valor: O que espera para a Selic?

Guardado: Temos uma projeção de que a Selic vai subir a 12,75%, mas há risco de alta. A trajetória da Selic embutida no Focus tem uma sequência de aumentos de 0,25 ponto ao longo de 2025, enquanto espero uma sequência de altas de 0,5 ponto. Com o ajuste sendo feito de forma mais célere, teria um impacto mais rápido nas projeções. Isso tudo aponta para uma necessidade de atualização do Focus, não só no ritmo, mas também no orçamento total de alta dos juros.

Valor: Porque espera a manutenção do ritmo de 0,5 ponto?

Guardado: Vejo como um bom ritmo. É suficientemente célere para garantir a convergência da **inflação** para o segundo trimestre de 2026 e, ao mesmo tempo, dá tempo para o BC reagir e digerir novos dados e eventos que venham a ser conhecidos.

Valor. O BC faz menção a medidas "estruturais" para o orçamento fiscal. Como avalia o recado?

Guardado: O BC não está falando apenas de medidas relacionadas a cortes de gasto, mas de medidas estruturais, que possuem um caráter mais de médio e longo prazo. E é natural que ele faça essa menção ao fiscal. Ele não faz julgamento, mas a decisão de política monetária é afetada quando os condicionantes que ele usa para agir são impactados. Expectativas de **inflação** e taxa de câmbio são "inputs" diretos. Como se observa claramente que há impacto negativo nas duas variáveis provocado pela piora na percepção sobre o fiscal, é natural que ele reconheça.

Valor: No que isso implica?

Guardado: Fica uma mensagem subliminar. Dado que o BC deixou em aberto qual será o seu próximo passo, frustrações que tenham impactos adicionais negativos nas variáveis que entram no processo de-cisório do BC podem levar a uma aceleração no ritmo de altas de juros, exatamente como um contraponto ao cenário de deterioração.

Valor: Como avalia o cenário para a política monetária nos próximos meses?

Guardado: Com exceção do possível anúncio de

medidas fiscais pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o BC não deve ter notícias muito positivas relacionadas à **inflação** e atividade até a virada do ano. No curto prazo, a **inflação** corrente deve seguir pressionada pela alta nos preços da carne e da energia elétrica, ao mesmo tempo que, no último IPCA, as medidas de serviços vieram um pouco pior do que o esperado. Uma melhora no cenário ainda vai levar algum tempo e, por isso, o BC vai precisar subir os juros e avaliar como e se essas mudanças vão, de fato, acontecer. Mas é preciso ressaltar que o anúncio das medidas fiscais pode ser determinante para dar mais conforto para que o BC possa seguir com o ritmo atual.

Valor: Como o resultado das eleições americanas pode impactar o cenário de política monetária?

Guardado: Há uma grande ansiedade relacionada com o que vai ser a política americana daqui para frente em termos de comércio exterior e política fiscal. Mas já há uma expectativa bastante consolidada de que este seria um mundo mais inflacionário para os EUA. E isso pode trazer desafios para a política monetária nos próximos trimestres, com impactos para emergentes. Isso veio sendo precificado nas moedas e nas curvas da América Latina nas últimas semanas e hoje [ontem] observamos um movimento de alívio. Talvez ele também tenha sido ligado à expectativa de anúncio das medidas fiscais. O cenário tende a ser mais volátil nos próximos meses, na medida que fica mais claro o que vão ser essas decisões de política econômica nos Estados Unidos.

"Ao optar por não alterar o último parágrafo, BC deu mensagem um pouco mais "hawkish"" Fernanda Guardado

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188035>